



Departamento de Sociologia

Desenvolvimento Local – Um projecto na área da Cova da Beira
Impactos e Parcerias

Telma Catarina Dias Madaleno

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Instituições e Justiça Social Gestão e desenvolvimento

Orientador:
Professor Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,
ISCTE-IUL

Outubro, 2009

Desenvolvimento Local – Um projecto na área da Cova
da Beira Impactos e Parcerias
Telma Catarina Dias Madaleno

Outubro
2009

Índice

Resumo	III
ABSTRACT	IV
Introdução	1
Capítulo 1 - Orientações Teóricas e Metodológicas	3
1.1 O contributo das Teorias.....	4
1.2 Técnicas	5
Capítulo 2 - O Enquadramento Teórico	8
2.1 O Desenvolvimento	9
2.2 Do Fordismo à emergência da dimensão regional/local do desenvolvimento.	10
2.3 O Desenvolvimento Local	12
2.4 Sociedade/participação	16
2.5 A Animação Sociocultural e o seu papel no desenvolvimento local.....	17
2.6 Os Actores	18
2.7 Os projectos	19
Capítulo 3 - O Projecto Grão a Grão II	21
3.1 O Projecto Grão a Grão II.....	22
3.2 A Região de Implantação	23
3.2.1 As Freguesias.....	23
3.2.2 As Principais Debilidades.....	26
3.2.3 Valores Patrimoniais e Culturais	27
3.2.4 O Património Natural.....	28
3.2.5 Actividades Económicas.....	29
Capítulo 4 - As feiras de produtos Locais	34
4.1 Feiras de Produtos Locais.....	35
4.2 A escolha das festas que serviram de encaixe à actividade.....	35
4.3 Os Actores	36
4.4 Avaliação da actividade.....	38
4.4.1 Análise de Matriz de Identificação de Actores.....	41
Capítulo 5 - Análise de algumas vertentes do Projecto/actividade	43
5.1 Impactes cruzados em Matriz	44
Matriz SWOT N° 1 - Impactes Cruzados para o conjunto das Entidades Inquiridas:	49
Matriz SWOT N° 2 - Impactes Cruzados para o conjunto das entidades inquiridas pertencentes ao Conselho de Parceiros:	50
Matriz SWOT N° 3 - Impactes Cruzados para as Associações Locais Parceiras:	51
5.2 Análise dos condicionantes ao desenvolvimento	52
Conclusão	55
Bibliografia	60
ANEXOS	64
Projecto Grão-a-Grão II.....	65
Quadro n.º 1 - Explorações segundo a condição pela qual é recenseada a exploração	67
Quadro n.º 2 - Utilização das Terras.....	67
Quadro n.º 3 - Número de Blocos com SAU por Exploração	67

Quadro n.º 4 - Principais características da população familiar. Quadro n.º 5 - Principais características do produtor singular.....	68
Quadro n.º 6 - Tempo de Actividade Agrícola, Fonte: RGA 1999 Fonte: RGA1999	68
Quadro n.º 7 - Proveniência dos rendimentos do agregado Familiar do produtor	69
Quadro n.º 8 - População Residente, por nível de instrução e sexo.	71
Quadro n.º 9 - População Residente por naturalidade e sexo.....	71
Quadro n.º 10 - População Residente com 15 ou mais anos, por condição perante actividade económica.	72
Quadro n.º11 - População Residente, Desempregada em sentido lato, nº de indivíduos a receber Rendimento Mínimo Garantido	73
Análise gráfica dos participantes nas três feiras por actividade.	74
Inquérito por Questionário.....	77
Aos parceiros/Agentes Locais	77
Curriculum Vitae	81

Resumo

A dissertação de mestrado “Desenvolvimento Local, um projecto na área da Cova da Beira, impactes e parcerias” tem por objecto de estudo o desenvolvimento local, estudado a partir de uma medida do projecto denominado Grão a Grão, realizado na Cova da Beira.

Inicia-se esta dissertação com um capítulo referente às metodologias utilizadas onde se refere e justifica qual a metodologia que esteve na origem do trabalho.

No segundo capítulo é feito o enquadramento teórico e aí são abordados os conceitos de desenvolvimento, desenvolvimento local, economia solidária, animação sócio-cultural, actores, entre outros.

Na terceira parte procede-se à caracterização geral do projecto Grão a Grão onde se insere a medida estudada. São também estudados, nesse capítulo as potencialidades e constrangimentos ao desenvolvimento da região onde se vai desenvolver o projecto, bem como a análise dos parceiros e parcerias que integram o projecto.

O capítulo quarto é dedicado ao estudo das feiras locais que constituem o núcleo central deste estudo.

Começa-se por fazer a caracterização da actividade e das razões que lhe estiveram inerentes. São referidos os actores e a forma como interagiram, procedendo-se depois à avaliação da actividade. Para uma melhor clarificação e aprofundamento do estudo sobre a avaliação desta actividade foi construída uma matriz onde se identificam os actores, os interesses, o impacto potencial do projecto e a prioridade e mobilidade face ao programa.

Num último capítulo, realiza-se a análise de algumas vertentes do projecto/actividade em que se pretendem traçar cenários futuros sobre o que esperam as comunidades, as associações locais, as juntas de freguesia e todos os participantes. Para o efeito elaboraram-se três matrizes SWOT que pretendem demonstrar como a comunidade olha para a sua hipóteses de desenvolvimento, como encara os seus problemas e que soluções e dinâmicas pretende adoptar.

Palavra chave: Desenvolvimento, Desenvolvimento Local, Exclusão Social, Parceiros Locais

ABSTRACT

The master's degree dissertation on "Local development, a Project in *Cova da Beira* area, impacts and partnerships" is based on local development, studied through the Project named "Grão a Grão" measure, developed in *Cova da Beira*.

This dissertation starts with a chapter on the methodologies applied, referring and explaining the methodology that it is based on.

In the second chapter, the theoretical framing is described and the concepts of development, local development, solidarity economy, social-cultural animation, actors and others are defined.

The third part proceeds with the general characterization of the "Grão a Grão" Project, where as the measure studied is included. The development potentials and limitations are also studied, for the region in which this project is being developed, as are analysed the partners and partnerships integrated in this project. .

The fourth chapter is dedicated to the study of the local fairs that compose the central nucleus of this study. It starts by characterizing the activity and the reasons inherent to it. The actors and the way they interact is mentioned, proceeding then to the activity's evaluation. For a better understanding and profoundness of the activity's evaluation study, a matrix was created identifying the actors, the interests, the project's potential impact and the priority and mobility concerning the program.

In the last chapter, the analysis of different perspectives of the project/activity, in which there is the intention to trace future scenarios about what the communities, local associations, local city centre and all the participants expect. For this effect, three SWOT matrixes were created, that intend to demonstrate how the community sees it's chances of development, how it face's it's problems and which solutions and dynamics it intends to adopt.

Key-words - Development, Local Development, Social Exclusion, Local Partners

Introdução

Numa área deprimida pela falência da indústria de lanifícios pela insustentabilidade da pequena exploração agrícola, um projecto de desenvolvimento local, orientado de forma contínua e multissectorial revela-se um privilegiado instrumento capaz de alterar a face económica, cultural e social daqueles que abrange. Provocando mudanças, tanto na vida das pessoas como nas dinâmicas do próprio território, o projecto “Grão a Grão” estimulou as pessoas a serem agentes activos no seu próprio desenvolvimento, assumindo-se simultaneamente como uma forma de combate à exclusão social.

São as mudanças mencionadas e o potencial deste tipo de projectos a razão que levaram a eleger o projecto “Grão a Grão” como objecto do presente estudo.

Era intuito inicial o estudo de todo o projecto, suas causas e consequências, contudo depressa se evidenciou a impossibilidade de o fazer apenas em 40 páginas.

Optámos pela análise de apenas uma única actividade, a realização de feiras de produtos locais. Não foi a actividade de maior envergadura, a mais emblemática nem tão pouco a melhor sucedida, talvez essa tenha sido a principal razão da sua escolha. O que falhou, que poderia ter sido feito de outra forma e porque não o foi, são as razões que foram tratadas neste estudo deixando pistas para alterações que no futuro se possam realizar.

Começou-se esta dissertação com o necessário enquadramento teórico que permite enquadrar os conceitos de desenvolvimento que estiveram na essência do projecto “Grão a Grão” e em particular na essência das feiras de produtos locais. Da mesma forma caracterizou-se o espaço geográfico, social económico e cultural onde decorreu a acção.

Mereceram especial atenção as sinergias entre populações, instituições, serviços, tradições, modernidade local, global, (...), num processo interactivo e dinâmico de promoção da auto-valorização social e comunitária.

Houve sempre o cuidado de enquadrar teoricamente cada aspecto tratado e de o analisar por vezes sem os necessários instrumentos estatísticos por não existirem.

Poderá este estudo parecer exagerado no que se refere à caracterização de determinados aspectos que observados num primeiro relance se assumirão como secundários em relação ao objecto de estudo. Será esse o caso da região, das suas potencialidades e dos seus constrangimentos, é contudo essa a verdadeira razão deste projecto, desconhecê-la

seria desconhecer todos os processos que se encetaram e aqueles ainda que não utilizados poderiam ter contribuído para o sucesso do projecto.

Não podemos de deixar de ter em conta que o *objectivo geral* desta investigação é diagnosticar em que medida uma actividade que se insere num projecto de luta contra a pobreza promove, objectiva e subjectivamente, o desenvolvimento local, contribuindo para uma melhoria das condições de vida das populações e sua integração social.

Inerentes a esta questão fulcral surgem outros objectivos a que correspondem as seguintes perguntas de partida:

- Conseguiu, a medida estudada, a promoção e aproveitamento sustentável dos recursos locais?
- Terá sido, a medida estudada, capaz de criar empregos e fontes de rendimento familiar?
- Como promoveu o desenvolvimento social, terá aumentado o nível de autoconfiança da população intervencionada?

O outro grande objectivo a que procurámos igualmente dar resposta prende-se com as parcerias e procura conhecer o seu funcionamento no projecto em estudo.

A esta questão correspondem as seguintes perguntas de partida:

- Como foram organizadas e como funcionaram as redes de trabalho em parceria?
- Quais os principais obstáculos à funcionalidade das parcerias estabelecidas?
- Como contribuíram essas parcerias para a criação de sinergias e para o sucesso do projecto?

Capítulo 1

Orientações Teóricas e Metodológicas

1.1 O contributo das Teorias

Bem sabemos que o tempo, os sentidos, as emoções filtram os acontecimentos e os factos, no entanto, mesmo que os factos possam ter análise e leituras diferenciadas, o que nos interessa mostrar com este trabalho de investigação, é, por um lado a realidade sociodemográfica destas três freguesias e, por outro lado, a forma como o projecto Grão a Grão foi vivenciado e como os seus actores influenciaram a forma de estar e actuar das populações, como se promoveu a sua inserção e a aplicação da justiça social.

Claramente, importou-nos ir para além dos números (motivo pelo que tudo o que se relaciona com o financiamento do projecto é omitido neste estudo) e descodificar todo o universo simbólico encarado a estes dados frios. Trata-se, no fundo, de compreender como, no decurso do projecto, as parcerias e os objectivos foram efectivamente vividos e vivenciados, para assim compreendermos que resultados e desenvolvimento ocorreram destas actividades sociais.

Para captar este mundo emocional, depressa compreendemos que a orientação teórica em que se fundamenta este trabalho de investigação, teria de consistir, para análise dos resultados junto dos actores locais (artesão, agricultores) e dada a sua centralidade no tempo e no lugar, na utilização de Teorias Compreensivas.

Estamos mobilizados para conhecer a parceria e o seu contributo no desenvolvimento local, pelos participantes no projecto que consideramos actores sociais e cujo projecto teve algum impacto socio-económico nas suas vidas e na vida destas três freguesias. Assim, imediatamente vimos na Sociologia Compreensiva, que faz parte de um conjunto de correntes, que *“se articulam à volta da noção de construção social da realidade e que recusam o corte entre objectivo e subjectivo, entre individual e colectivo”*¹ uma ferramenta indispensável.

Efectivamente, todo e qualquer sujeito nasce numa estrutura social objectiva, onde existem outros significativos e significantes que cuidarão da sua socialização. Estes outros significativos, o mundo social objectivo e a estrutura social, impõem-se ao indivíduo e são também uma realidade objectiva, exterior a ele. Através da medição dos outros significativos, o mundo social objectivo vai sendo assumido pelo indivíduo. Nesse processo não são os mediadores que *“modificam o mundo no curso da*

¹ KAUFMAN, *L'Entretien Compréhensif*, Editions Nathan, Paris, 1996, p.59

medição”², como o indivíduo selecciona e subjectivamente interioriza as atitudes e os papéis que para ele têm significados.

1.2 Técnicas

Para alcançar o fim a que nos propúnhamos – captar os resultados objectivos no desenvolvimento local nas freguesias do Teixoso, Vila do carvalho e Verdelhos, resultante das parcerias do projecto Grão a Grão – depressa compreendemos que só a partir do recurso à técnica da entrevista podíamos conseguir tal desígnio. Era possível realizá-la de várias formas, no entanto, entendemos que aquela que melhor satisfazia os nossos propósitos era a Entrevista Semidirigida³. De facto ter um guião com algumas perguntas-guia, relativamente abertas, sobre as quais era imperativo receber informação por parte do entrevistado, afigura-se a técnica mais indicada (para os participantes, actores primários, não para os restantes parceiros que trataremos mais adiante). A entrevista semidirigida tem a virtude, por um lado de, conseguir os dados que efectivamente entendíamos relevantes e por outro de, dar tempo e espaço aos entrevistados para recuarem no tempo (2004/2005) e nos contarem as mudanças mais significativas ocorridas com o projecto Grão a Grão, verbalizando as suas memórias.

Urge então optar por uma outra técnica capaz de nos transmitir dados suficientemente claros para a análise dos resultados do ponto de vista dos parceiros, assim, o recurso à aplicação do inquérito por questionário, de carácter exploratório e essencialmente descritivo, estruturado mais em extensão que em profundidade, orientado para a intervenção pragmática, tendo em conta a crescente necessidade de informação para a clarificação do contexto e das decisões a tomar num âmbito crescente de campos, pareceu-nos o mais indicado, pela característica e objectivo do estudo e pelo tipo de informação que se pretendeu recolher.

Estando vocacionada especialmente para o estudo dos seres humanos, nomeadamente no que se refere às suas crenças, opiniões, atitudes, motivações e comportamentos, a abordagem sustentada no inquérito por questionário pareceu-nos a mais adequada à obtenção, junto dos autarcas/parceiros e dirigentes de organizações locais, de

² KAUFMAN, *L'Entretien Compréhensif*, Editions Nathan, Paris, 1996, p.176

³ QUIVI, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (3ª ed.), Edições Gradiva, Lisboa, 2003, p.57.

informação que nos permita isolar as principais oportunidades e ameaças que eles esperam para o futuro da freguesia/região e qual o tipo de actuação, que resultado esperavam deste projecto.

Trata-se pois de um estudo que parte duma base essencialmente descritiva, consistindo numa abordagem situacional, preocupada com a descrição das características de uma situação concreta (diagnostico da área de actuação do projecto Grão a Grão). Não pretende atingir conhecimento científico generalizado, sendo orientado em concreto para melhorar o desempenho de um desenvolvimento local/rural, através da sondagem ou análise ambiente (regional) circundante à organização (Grão a Grão) na senda metodológica proposta por Dess e Miller⁴.

A auditoria local é assim uma análise sistemática das suas características, seguida de uma tentativa de clarificá-las em pontos fortes e fracos para competir e de um esforço para associá-las com oportunidades e ameaças.⁵ Foi este o esquema que seguimos, embora menos focalizados para o local e mais nos seus actores, o que resultará em configurações semelhantes, na medida em que os pontos fortes e fracos dos locais são em boa medida o resultado das forças e fraquezas dos seus actores, o mesmo sucedendo em relação às oportunidades e ameaças do meio circundante àqueles.

O ambiente circundante consiste nos factores externos à organização que podem ter um impacto significativo nas estratégias daquela.⁶

A auditoria de um local deve começar com a recolha de vasta informação sobre as suas características económicas e demográficas, a estrutura empresarial e mercado de emprego, sistema de transportes e rede viária, acessibilidades, oferta educacional e formativa. Com base nessa informação, procedeu-se ao inventário das várias tendências ou acontecimentos com a probabilidade de virem a afectar o local e os seus actores e submete-se à apreciação destes, com vista a verificar qual a importância que atribuem a cada uma das categorias do extenso leque constituído. O mesmo procedimento é seguido para inventariar os mais frequentes e prováveis forças e fraquezas internas aos actores.

Pretende-se chegar ao final do estudo com uma certa quantidade de propostas ou hipóteses para a actuação de associações de desenvolvimento local, com vista à

⁴ DESS, Gregory e MILLER, Alex, *Strategic Management*, McGraw-Hill International Editions, Singapura, 1993, p.128.

⁵ KOTLER, Philip, HAIDER, Donald H. e REIN, Irung, *Marketing Público: como atrair Investimentos, Empresas e Turismo para cidades, Estados e Píses*, Makron Books, São Paulo, 1994, p87.

⁶ DESS, Gregory e MILLER, Alex, *Strategic Management*, McGraw-Hill International Editions, Singapura, 1993, p.129.

concretização dos objectivos que se considerem relevantes em termos de desenvolvimento local para o futuro destas freguesias.

Assim se justifica que os objectivos sejam relativamente amplos e gerais e que não existam hipóteses formuladas, embora se verifique a orientação na investigação.

Capítulo 2

O Enquadramento Teórico

2.1 O Desenvolvimento

Sendo o presente estudo uma reflexão sobre um projecto de desenvolvimento local importa antes de mais clarificar alguns conceitos inerentes a esta temática. Desde logo, julgamos conveniente esclarecer o que se entende por desenvolvimento, num passado não muito distante (anterior a 1990) encarava-se o desenvolvimento associado sobretudo à ideia de desenvolvimento económico.

Ajudará a clarificar esta questão a explicação dada por Perroux para desenvolvimento: *“...é porque os homens – todos os homens – querem viver que as sociedades se desenvolvem e que os ricos e os poderosos são historicamente estrangidos a levar em certa conta o querer viver das massas pobres e fracas”*⁷.

Na verdade apesar do desenvolvimento apresentar várias faces parece ser a económica a que mais prevalece sobre as outras. O referido autor acrescenta ainda a opinião de que *“O temor da inexistência na solidão e no descrédito, a ânsia de existir pela participação e pelo reconhecimento alheio obrigam-nos, numa economia que impõe a norma de «Crescimento no consumo e na posse», a só existir consumindo e possuindo, a só viver e querer viver através dos sinais reificados e multiplicados da aquisição incessante e simbólica.”*⁸

Mas serão apenas as razões económicas a motivar e possibilitar o desenvolvimento? Tomemos como exemplo um caso local e tentemos descortinar quais as razões do seu desenvolvimento. Em finais do século XIX, a indústria de lanifícios tinha atingido na Covilhã um grande desenvolvimento ao ponto da cidade ser conhecida por “Manchester Lusitana”. Mas porque é que se desenvolveu aí este tipo de indústria? A resposta fácil, e de resto vulgar, seria a de que ali existiria matéria-prima (lã) em abundância.

Uma resposta deste teor não responde, ou pelo menos não basta. Duma resposta que se socorre de um só facto há que passar a uma resposta de outra índole, integradora que precisamente atenda ao contexto donde o facto emergiu e onde os seus efeitos se projectaram.

Começemos pelo contexto económico. Desde o sec. XVI que um grupo de cristãos novos acumulara lucros, sobretudo provenientes do comércio, e não os tencionava investir em bens fundiários, pois não constava da sua tradição o cultivo da terra. Mas para além de um potencial de investimento existiam condições políticas e culturais

⁷ PERROUX, F., *A Economia do século XX*, Heder, Lisboa, 1967 p.45

⁸ Idem, p.45

favoráveis ao desenvolvimento deste tipo de indústrias. No reinado Josefino, por acção do Marquês de Pombal, instalou-se ali a Real fábrica dos panos, instituição de forte cariz pedagógico. Por sua vez a esta escolha não terá sido alheia uma certa tradição de tecelagem que remontava à génese do Concelho. De igual forma a instalação de grandes unidades de fabrico só foi possível pela existência de mão-de-obra abundante, a Covilhã era, segundo os numeramentos do século XVI, um dos maiores centros populacionais do país a seguir a Lisboa, Porto e Santarém. De entre muitas outras razões que não cabe aqui enunciar, refira-se por fim as condições geofísicas, a existência de ribeiras possibilitava a energia motriz para este tipo de indústrias.

Com o exemplo anterior nada mais pretendemos do que mostrar a relação do desenvolvimento económico com todo um contexto de condições de estrutura, cultura, acção e organização social.

O desenvolvimento assume assim um carácter multidisciplinar que depende da especificidade do contexto, contudo o debate acerca do desenvolvimento vai ter o seu auge apenas em 1992, impulsionado pela Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, donde irá sair o conceito de desenvolvimento sustentável⁹ com os Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local de Sherbrooke.

2.2 Do Fordismo à emergência da dimensão regional/local do desenvolvimento.

No período posterior à segunda guerra mundial verificou-se um sincronismo entre os acréscimos de produtividade provocados pela organização científica do trabalho e a expansão de um consumo em massa susceptível de absorver esse potencial de produção. A este princípio chamou-se Fordismo.

⁹ O conceito de Desenvolvimento Sustentável passou a ser amplamente usado a partir da conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD) que decorreu no Rio de Janeiro em Junho de 1992.

Desenvolvimento sustentável é um processo evolutivo que se traduz no crescimento da economia, na melhoria da qualidade de ambiente e da sociedade para benefício das gerações presente e futura.

Rogério Roque Amaro apresenta além deste conceito outros cinco surgidos nos últimos 30 anos: desenvolvimento local; desenvolvimento participado; desenvolvimento humano; desenvolvimento social e desenvolvimento integrado.

O Fordismo contou com uma peça fundamental, o Estado Providência, o que garantia o círculo virtuoso do crescimento económico baseado no sucesso da produção em massa, garantido pelo consumo em massa.

O Estado-Providência, nascido na Alemanha de Bismark, alicerçava-se no contexto social e constituiu “*a base de desenvolvimento económico, político e cultural e do bem estar das modernas sociedades industriais e Estados-Nação fornecendo desde logo um enquadramento favorável ao crescimento e à articulação, com custos relativamente baixos, do capitalismo nacional*”.¹⁰

Em meados de 60, em consequência de uma crise da produção em massa e com a estagnação dos mercados, o Estado-Providência entra também ele em crise, ditando desta forma o fim o Fordismo.

Para este anunciado fim não terá sido alheio a crescente globalização das trocas comerciais e consequente internacionalização da economia. Os anteriores mecanismos de regulação, concebidos numa óptica de base nacional, mostram-se inoperantes perante a nova realidade económica.

O fim do Fordismo não é apenas o fim de um sistema económico, a nova economia é também responsável por uma nova lógica social. Com a desagregação do Estado-Providência dá-se o favorecimento da excelência, dos mais capacitados e competentes, a bandeira da apregoada igualdade social cai assim por terra. A competição deixa de ser um meio para se tornar num objectivo, surge uma ética em que apenas são valorizados os vencedores. Esta nova realidade vem agora reclamar “*uma Sociedade - Providência que colabore com (e substitua mesmo, em algumas situações, um Estado-Providência em crise e impotente para dar resposta às crescentes solicitações de que é alvo*”.¹¹

Dá-se então a tomada, pelas comunidades, da procura das soluções para os seus próprios problemas, aqui radica a génese do desenvolvimento local.

É neste sentido que cada vez mais defensores das novas oportunidades do desenvolvimento local identificam a urgência de, a nível local, despertar capacidades de iniciativa, levar à participação criar as condições para a emergência de uma “Sociedade Providência”¹²

¹⁰ CARDOSO, José Luís, *Limites à competição*, Europa América, Lisboa, 1994, p.64.

¹¹ RITA, José Joaquim Palma, *As organizações Públicas e Estatais na qualificação das Regiões*, IIEFP, Lisboa, 1997, p.60.

¹² ROQUE AMARO, R., *O Desenvolvimento Local – um caminho para a Sociedade-Providência?*, IEG/FLUC (Ed.) Dinamismos Sócio-Económicos e (Re) Organização Territorial: Processos de Urbanização e Reestruturação Produtiva, Coimbra, 1996, pp 221-233.

2.3 O Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local teve a sua génese, no nosso país, depois de 1960, estando ele próprio na origem de uma renovada prática de cidadania.¹³

Este tipo de desenvolvimento foi aplicado nas regiões mais desfavorecidas visto ser aí que se encontram os problemas que estão na origem de processos que visam a sua solução encetados pelas comunidades locais.

Porque os territórios são diferenciados, são igualmente diferenciados os processos de desenvolvimento. Esta diferenciação é decisiva para determinar as características dos efeitos possíveis no desenvolvimento desejado para cada caso.

Nesta concepção, o território é inseparável das pessoas que nele vivem, porque um local onde apenas se habita, dificilmente pode ser um espaço de desenvolvimento local integrado e sustentável. Um espaço de desenvolvimento, tal como o sonham todos quantos vêem, nas suas práticas, exercícios de aperfeiçoamento e de reforço de participação activa dos cidadãos, no funcionamento da governação democrática da nossa sociedade.

Pelo que se disse o desenvolvimento local é um processo de transformação da realidade que tem por base a capacitação das pessoas para o exercício de uma cidadania activa e transformadora da vida individual e em comunidade. Todo este processo nasce das necessidades sentidas pelas comunidades locais e da constatação da impossibilidade das mesmas serem satisfeitas através dos organismos centrais.

Por necessidades não se consideram apenas as necessidades básicas – alimentação, saneamento (.) mas todas as outras, muitas delas surgidas no decurso das sociedades pós-industriais, tais como a necessidade de mais tempos de lazer ou de um turismo que se apresente como realidade pluridimensional. O desenvolvimento tecnológico, dos transportes e das comunicações abriu ao consumo uma maior quantidade de bens e serviços pelo que se torna necessário assegurar-los no espaço local. Evidentemente que não se poderão esquecer os factores de promoção da dimensão social como o emprego, os laços de vizinhança ou a estabilidade das relações familiares.

Julgamos aqui oportuno referir que apesar do conceito de desenvolvimento local se poder enquadrar, quanto ao seu conteúdo e contexto (científico e institucional), numa

¹³ *Desenvolvimento Local: uma oportunidade Futuro*, em Teses da manifesta 98, Amarante, 1993, p.3.

fileira ou família conceptual isso não impede que haja uma sobreposição e interacção com outros tipos de desenvolvimento.¹⁴

É neste sentido que dissemos já que o desenvolvimento local deve ser sustentável e integrado. Refira-se que tal como afirma Roque Amaro, o conceito de desenvolvimento integrado é integrador dos conceitos de desenvolvimento participativo, desenvolvimento humano, desenvolvimento social e desenvolvimento Local.¹⁵

*“ o processo que conjuga as diferentes dimensões da Vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a acção; o ser, o estar, o fazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão, etc.”*¹⁶

Esta mesma visão integrada tem contribuído para a inversão de um cenário de crise profunda nalgumas regiões, sobretudo do interior, onde encontramos fenómenos como o isolamento, o êxodo e envelhecimento das populações, problemas ambientais e de ordenamento do território entre outros. Tal só tem sido possível pela profunda reorganização da sociedade civil, que confere novas dimensões à participação cívica dos cidadãos, pelas alterações no modelo de produção e consumo e no quadro de valores prevaletentes. Neste contexto merecem especial atenção os processos e parcerias de base territorial que levam a efeito a criação de novas fontes de rendimento e emprego, preservação ambiental, desenvolvimento social e cultural, através do envolvimento de actores públicos e privados que se organizam com o objectivo de conseguir uma melhor qualidade de vida.

A visão integrada e integradora que é inerente ao desenvolvimento local deve ainda preconizar uma articulação entre as dinâmicas emergentes no território local e as estratégias nacionais.

¹⁴ ROQUE AMARO, Rogério, “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação” em *Cadernos de estudos Africanos*, n.º4, Janeiro/Junho, Centro de Estudos Africanos, ISCTE, Lisboa, 2003, p.56.

¹⁵ *Idem*, p.59

¹⁶ *Ibidem*, p59

Nas últimas duas décadas o sucesso do desenvolvimento local, no nosso país, deve-se em grande parte ao papel das associações de desenvolvimento local, organizadas para a realização do tipo de estratégias que acabámos de referir, o seu tipo de abordagem desenvolve-se nos seguintes aspectos¹⁷:

A abordagem territorial: Alicerça-se na proximidade aos espaços geográficos em que operam e no sólido conhecimento que deles possuem, facto que lhes permite inventariar o volume e a natureza das necessidades, arrolar dos recursos endógenos disponíveis a definir estratégias para a sua utilização óptima, a jusante, o grau de satisfação atingido.

A abordagem local ou ascendente: Assenta na proximidade para com as pessoas que habitam as áreas de intervenção e na capacitação do seu potencial para planificarem e conduzirem o seu próprio processo de desenvolvimento, retomando a solidariedade como valor estruturante e fortalecendo a sociedade civil no sentido de uma cidadania activa.

A gestão e o financiamento descentralizados: A descentralização, assente na autonomia de decisão quanto à apreciação, selecção e gestão de projectos, atribui às populações a responsabilidade na formulação dos anseios e insatisfações e na procura de soluções, adaptando a intervenção às realidades e especificidades locais e contribuindo para tornar os processos mais céleres e eficientes.

A abordagem integrada ou pluri-sectorial: Uma construção de estratégias e planos de desenvolvimento local coerente, que integra as diversas vertentes da vida no território local, estudando previamente as potenciais sinergias decorrentes da articulação entre projectos e estimando os efeitos gerados após a intervenção, acautela desequilíbrios e estrangulamentos.

A parceria local: Promove a articulação e o envolvimento de diversos actores locais e sectoriais a uma geometria variável, estimulando a partilha dos poderes e dos saberes, a coordenação e a concertação.

A inovação: Caracterizada pela criatividade na procura de soluções e respostas adequadas e actuais para problemas concretos e novos espaços de afirmação para o território local.

A organização em rede e em cooperação interterritorial: As preocupações, constrangimentos e obstáculos, mas também os sucessos, são transversais a muitos

¹⁷ “Uma Abordagem Inovadora” in *Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Espaço Rural*, Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, Lisboa.

territórios locais. A cooperação e o trabalho em rede, assentes na transferência de conhecimento, facilitam a criação de relações de complementaridade e de escala.

“(...) o Desenvolvimento deve ser um processo integrado, envolvendo as dimensões económicas, social, cultural, ambiental e política, privilegiando para essa integração o trabalho a nível local, em meios desfavorecidos, actuação que não se esgota na componente económica do Desenvolvimento, incluindo também com destaque a educação para a auto-estima, a cidadania activa e a valorização da cultura local”¹⁸

“Vivemos num mundo em que o empobrecimento cresce em todas as sociedades, mesmo as mais ricas; um mundo onde triunfam as desigualdades entre os homens e as mulheres, entre os países do Norte e do Sul, entre os jovens e os mais idosos, entre as cidades e o campo, um mundo que consome o laço entre os homens e a natureza. ...Mas vivemos também num mundo em que por todo o lado surgem iniciativas, projectos, movimentos de cidadãos e cidadãos determinados a alterar a face do planeta, conciliando abertura ao mundo e satisfação local das necessidades.”¹⁹

Pobreza e exclusão Social

Decorrente da evolução do conceito de desenvolvimento, que se constrói inicialmente a partir de uma perspectiva meramente economicista, também o conceito de pobreza foi primeiramente tido como a ausência de recursos materiais (alimentação, habitação, vestuário [...] necessários para a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos. Porém, vários autores, como Bit-Stet, depressa se dão conta que o conceito de pobreza deve incluir outras vertentes como a privação social. Desde logo, se dá ênfase ao acesso à educação, considerado ele próprio como meio de ultrapassar o ciclo de pobreza, ainda que o sistema educativo possa reproduzir desigualdades sociais²⁰. A pobreza enquanto ausência social traduz-se na incapacidade do indivíduo adoptar os modos de vida

¹⁸ ANDER-EGG, Ezequiel, Accion municipal, *desarrollo local, trabajo comunitário y trabajo social*, col “Série de estudos sociales”, Ayuntamiento de Guia de Isora, Guia de Isora, 2003, p.112.

¹⁹ *Desenvolvimento Local: uma oportunidade Futuro*, em Teses da manifesta 98, Amarante, 1993, p.3.

²⁰ COSTA, A, *Exclusões Sociais*, In Cadernos Democráticos Fundação Mário Soares, Gradiva, Lisboa, 2005, p.49.

predominantes na sociedade, na medida em que não possui os meios para participar nessa mesma sociedade (educação, cultura, formação profissional).

A privação dos recursos materiais, sociais mas também a ausência de poder de decisão, de influências e de participação na vida da comunidade, como do exercício pleno dos direitos e deveres de cidadãos impedem o indivíduo de se integrar na sociedade²¹. Daqui nasce o conceito de exclusão social, no qual se engloba o conceito de pobreza, enquanto ausência e privação total ou parcial de bens materiais e sociais, mas no qual se extravasa estes último conceito para se incluir o fenómeno de não participação na vida em sociedade. É neste sentido que autores como Costa afirma que a pobreza é apenas uma manifestação ou dimensão da exclusão social.

2.4 Sociedade/participação

A construção duma economia solidária

Contrariamente ao que seria de esperar (ou talvez não) a participação dos cidadãos em projectos, que lhes garantam alternativas de sobrevivência e da melhoria da qualidade de vida, não corresponde ao que geralmente se valoriza em discursos e documentação produzida. São de todos conhecidas as dificuldades de participação de determinados grupos. Estas dificuldades são de ordem vária, merecem no entanto especial atenção os processos de conscientização, de expressão e de organização colectiva dos vários grupos sociais, que parecem incapazes de estabelecer um rumo comum. Na verdade na base desta não participação parece estar a dificuldade em estabelecer uma relação de parceria. Importa, por isso indagar o motivo que impulsiona os indivíduos a unirem-se em torno de um objectivo, a movimentarem-se em direcção a comportamentos colectivos. Foi aliás este problema que originou o que ficou conhecido por teoria da acção social, tornando-se pauta de estudos de vários autores na América do Norte e Europa.

Segundo alguns autores é a partir da construção de identidades colectivas que se pode gerar um novo tipo de desenvolvimento económico que, inspirado por valores culturais

²¹ SEMEDO, Zeuga Cardoso Mendes, *Caminhos para a inserção socioprofissional dos Lusocaboverdianos em Portugal – O caso do Bairro do Alto da Cova da Moura*, Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, ISCTE, Lisboa, 2008, p. 13.

e baseado na colaboração solidária, coloque o ser humano como finalidade desse mesmo desenvolvimento. A estas práticas chamou-se *Economia-Solidária*, um conceito que deve ser entendido como uma evolução da *Economia-Social*, que tem a sua génese nos primeiros empreendimentos associativistas e cooperativistas (França Filho, 2002).²²

“No mercado de economia social e solidária, o elemento central é a pessoa humana, simbolizada na comunidade, e o bem estar e qualidade de vida”.²³

Existe uma correspondência entre projectos de economia solidária e desenvolvimento local, na medida em que os empreendimentos sociais são uma resposta às necessidades das populações locais e promotores de participação económica e democrática na dinamização dos territórios e da coesão social.

A economia solidária promove, desta forma, o desenvolvimento local, encetando dinâmicas territoriais de desenvolvimento assentes na valorização dos recursos endógenos e do investimento dos próprios resultados. Esta regra da economia social e solidária deveria sempre ser assumida pelos agentes do desenvolvimento local *in loco* do desenvolvimento comunitário.

2.5 A Animação Sociocultural e o seu papel no desenvolvimento local

“A Animação Sociocultural enquanto metodologia de intervenção social é uma prática inalienável do desenvolvimento comunitário (...) Acontece nos métodos de desenvolvimento da comunidade através de um conjunto de iniciativas, desde que, haja o envolvimento activo e comprometido dos grupos sociais nas práticas de acção comunitária”.²⁴

A animação sociocultural pretende a concretização de objectivos comunitários como: a geração de dinâmicas que possibilitem o emprego nas localidades de implantação dos seus projectos; a ocupação dos tempos livres das populações a dinamização sociocultural da terra, o aumento das competências individuais a fixação da população o

²² FRANÇA FILHO, Genauto C., *Terceiros sector, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceptuais*, In, Revista Bahia análise e dados, Salvador:SEI/Governo da Bahia 2002, v.2 nº1 p12, 2002.

²³ VIVEIROS, Nunes, LUIS, Albino, *O Desenvolvimento local e animação sociocultural. Uma comunhão de princípios*, em <http://quadernosanimacio.net,nº8:15/09/09:23:30h>.

²⁴ VIVEIROS, Nunes, LUIS, Albino, *O Desenvolvimento local e animação sociocultural. Uma comunhão de princípios*, em <http://quadernosanimacio.net,nº8:15/09/09:23:30h>.

aumento da auto estima da comunidade local, a valorização e divulgação do património local, o desenvolvimento económico local e o aumento do turismo.

Face à multiplicidade de objectivos a equipa de animadores deverá possuir um carácter multisectorial que traduza as necessidades, aspirações e ideias da comunidade. A equipa de animadores deverá apostar num processo educacional permanente gerador de uma cultura dinâmica de desenvolvimento, ser promotora da democracia participativa e da cidadania activa.

A animação sociocultural revela-se um instrumento de aproximação às comunidades, por permitir a interacção e mobilização das populações e por proporcionar a emergência de condições favoráveis à iniciativa individual e ao processo de desenvolvimento local participado e interactivo.

2.6 Os Actores

Falámos já de animadores mas serão eles os únicos actores no processo de desenvolvimento local? Não, numa parceria (*processo através do qual dois ou mais actores se relacionam com predisposição para negociar e agir na base da mudança e que tem tradução na dinâmica do projecto*)²⁵, existem sempre vários parceiros que geram um processo de intercâmbio, negociação, decisão e conflitos.²⁶

Da complexidade e diversidade temática de um processo de desenvolvimento nasce geralmente a necessidade do enquadramento de múltiplos actores.

Desta multiplicidade de actores fazem parte as administrações, colectividades locais, bancos e instituições de crédito, empresas de serviços urbanos, entre outros.

Entre estes estabelece-se uma complexa rede de interesses e conflitos como é referido por François Eymard-Duvernay : “*embora a racionalidade não seja suficiente, para entender a complexidade das interacções entre actores, o ponto de partida da análise do jogo estratégico de actores é reconhecimento da sua heterogeneidade, da heterogeneidade dos seus projectos e da existência de interesses contraditórios*”.²⁷

Constata-se geralmente que o envolvimento dos actores em determinado projecto

²⁵ MENDES, Tiago Carrilho Ribeiro, *Parcerias para a promoção local do emprego*, dissertação para obtenção do grau de Doutor em Economia, ISCTE, Lisboa, 2004.

²⁶ GUERRA, Isabel Carvalho, *Participação e Acção Colectiva – interesses, conflitos e consensos*, Edição Principia, Estoril, 2006, p.8.

²⁷ EYMARD-DUVERNAY, Francois, *Les compétences des Acteurs dans les Réseaux*, CALLON, Michelele, Réseau et Coordination, pp 153-168, *Económica*, Paris, 1999, p.1549.

depende da concretização dos interesses do grupo que representam (visto os actores serem sempre colectivos), muitas vezes contraditórios aos interesses comuns do grupo de actores, o que não raras vezes leva ao insucesso do projecto. A própria construção dos actores será uma condição para o sucesso do projecto comum, pois o conceito de actor implica uma acção colectiva e por sua vez esta implica o alargamento dos processos de aprendizagem, de socialização e de comunicação, demonstrando a capacidade de transformação das sociedades humanas.²⁸

2.7 Os projectos

Falámos de actores e da sua envolvência no projecto, mas o que é um projecto? Segundo Boutinet é uma combinação operatória de um futuro desejado “o que implica que o grupo de actores estabeleça um grau de consciência e um compromisso corrente face a um futuro contratualizado.”²⁹ O desenho do projecto é assim resultado da identidade criada pelos actores, dos seus recursos e da forma como negociaram a sua participação à mesa das conversações.

2.8 Assumir a Interioridade

Porque o nosso objecto de estudo se localiza na zona interior do país, consideramos conveniente demonstrar de que forma a interioridade e a sua ruralidade constituem potencialidades de desenvolvimento.

Importa, assim, assumir a interioridade sem complexos e rasgá-la, ultrapassando, a actual marginalização produtiva de territórios e pessoas que detêm saberes e fazeres (tecnologias) únicos e originais. A cultura urbana não é superior à cultura rural, são diferentes e podem completar-se e interagirem.

Assistimos hoje a fenómenos que poderão contrariar a desertificação do Interior, é o caso dos filhos que as nossas terras vêm chegar por altura das festas tradicionais, ou daqueles que regressam em número significativo, após a vida profissional mas ainda

²⁸ MELUCCI, Albert, *A Invenção do Presente: Movimentos Sociais nas Sociedades Complexas*, Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 2001. p.137.

²⁹ GUERRA, Isabel Carvalho, *Participação e Acção Colectiva – interesses, conflitos e consensos*, Edição Principia, Estoril, 2006, p.25.

activos. Para quem vive nos grandes centros, é natural a vibração da redescoberta da terra dos seus pais e avós, na afirmação da família multigeracional. É este direito de construir e partilhar memórias e afectos à volta das raízes, do património etnográfico, usos e costumes, momentos e produtos típicos de cada terra que deverá constituir o âmago de qualquer processo de desenvolvimento.

Nestas regiões terão papel de suma importância as associações locais. Com efeito, a sua acção, *in loco*, o reconhecimento que gozam junto da população e o seu potencial de mobilização e cooperação fazem destes actores parceiros legítimos e privilegiados na mediação do diálogo social, conseqüentemente, na promoção de plataformas de intervenção local, articuladas em torno de novas formas de governança³⁰ e desenvolvimento social, cultural e económico.

O Interior tem uma riqueza patrimonial muito específica e interessante como refere Aida Rechená “*existem várias possibilidades de gestão do património e as comunidades e as suas associações podem desempenhar um papel importante na criação de uma consciência patrimonial local*”.³¹

Para além de outros fenómenos já referidos, vem-se verificando um crescente interesse pelo património natural e histórico-cultural associado ao espaço rural e às produções tradicionais de qualidade. Estas novas oportunidades, induzidas pela procura dos consumidores urbanos e da sociedade em geral, apresentam potencialidades susceptíveis de contribuir para a revitalização das comunidades rurais.

³⁰ Governança é uma palavra que decorre da tradução directa do francês *gouvernance* (expressão retomada do francês antigo mas que não existe actualmente nos dicionários), ou do inglês *governance*. Estas palavras não têm hoje nessas línguas existência formal a não ser na discussão científica do novo contexto em que se processam as novas formas de governo com a participação pública. Inversamente, em Portugal, a palavra consta do dicionário, equivalente à palavra *governo* e utilizamo-la para dar conta dessas novas formas de exercer o governo da nação fazendo apelo às parcerias. (GUERRA, Isabel Carvalho, *Participação e Acção Colectiva – interesses, conflitos e consensos*, Edição Principia, Estoril, 2006,p.16)

³¹ RECHENA, Aida, Dissertação de Mestrado em Museologia, *Processos Museológicos locais – Panorama Museológico da Beira Interior Sul*, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2003.

Capítulo 3

O Projecto Grão a Grão II

3.1 O Projecto Grão a Grão II

A actividade que constitui o nosso objecto de estudo (feiras de produtos locais) insere-se no projecto Grão a Grão II, (anexo A) concretamente na acção três. Este projecto visava estabelecer um programa de luta contra a pobreza³² nas freguesias de Teixoso, Vila do Carvalho e Verdelhos. As ditas freguesias debatiam-se, aquando da criação do projecto, com o surgimento de dois fenómenos mais ou menos recentes: o desemprego, consequência directa da crise na indústria têxtil, e o flagelo dos incêndios que dizimou áreas florestadas e terrenos agrícolas. A estes fenómenos somam-se outros problemas, como eram a falta de iniciativa das populações, os elevados custos de produção nas actividades primárias quando realizadas em pequena escala, ou o não aproveitamento de recursos naturais numa vertente ligada ao turismo e lazer.

O projecto, desenhado para funcionar em rede contava com um vasto leque de parceiros. Aliás foi assumida, desde o início, a afirmação de Patrick le Galés de que: *“As redes são o resultado da cooperação mais ou menos estável, não hierárquica entre as organizações que se conhecem e se reconhecem, negociam, trocam recursos e podem partilhar normas e interesses”*.³³ Assim o projecto reunia, após a assinatura da “Declaração de parceria”, um conselho de parceiros constituído pelas: entidades institucionais das áreas da saúde, do emprego, da educação e da segurança social, por outras entidades que se consideram enquadráveis bem como por três entidades locais de cada freguesia.

Durante o período em que decorreu o projecto o Conselho de parceiros reuniu trimestralmente com a função de discutir planos de actividades, relatórios e orçamentos bem como pronunciar-se sobre outros assuntos considerados pertinentes.

³² Apesar de ser referida apenas a pobreza o projecto englobava também a luta contra a exclusão social, fenómeno pluridimensional que não se deverá confundir com o primeiro.

A pobreza corresponde a uma situação de insuficiência de recursos. Traduz-se pela impossibilidade de acesso a certos serviços básicos e abrange o conjunto da célula familiar.

A exclusão social é um fenómeno mais complexo, no qual intervêm para além da impossibilidade de acesso a certos serviços, factores sociodemográficos, o estatuto sociocultural e o nível de qualidade de vida. (A exclusão social um fenómeno pluridimensional in , *Lutar contra a exclusão social no mei rural “Inovação em Meio Rural*, caderno nº8, Observatório Europeu Leader, Julho 2000, <http://www.fao.org/static/leadader/pt/biblio/exclusion.pdf>. 16/09/09 15:14h

³³ LE GALÉS, Patrick, *Governance*. In Boussagnet; S Jacquot & P Ravinet (Dir) Dictionnaire des Politiques Publiques, Paris SCIENCES PO, 2004, p.245.

Para além do Conselho de parceiros o projecto continha na sua estrutura, grupos de dinamização local e grupos temáticos. Cabia aos primeiros a discussão de actividades a implementar nomeadamente no que concerne ao seu planeamento execução e avaliação. Por sua vez os grupos temáticos tinham por função discutir de forma alargada problemas comuns às três freguesias e que lhes diziam directamente respeito procurando deste modo articular recursos por forma a procurar soluções para os problemas em análise.

O plano de actividades partiu também ele do conceito apresentado por Isabel Guerra que defendia que: “*O plano de actividades descreve, de forma detalhada e sistemática, o que se pretende fazer, quando se pretende fazer, quem será encarregado das diferentes tarefas e quais os recursos necessários para as concretizar*”.³⁴ Tentou-se por isso obter um plano que fosse um instrumento participado por todos os intervenientes de projecto. Construído a partir das informações recolhidas nas reuniões por freguesia, em que se procurou fazer o levantamento de todas as potencialidades e respectivos estrangulamentos, evidenciando as possíveis soluções, o plano de actividades foi complementado com dados estatísticos e outros provenientes de várias entidades públicas.

Verificamos, hoje, que as actividades sofreram ajustamentos no que concerne à calendarização e atribuição de tarefas e competências pelos parceiros do projecto como forma de as adequar à realidade.

3.2 A Região de Implantação

3.2.1 As Freguesias

Teixoso

O Teixoso é uma freguesia que contava no último recenseamento (2001) um total de 4415 residentes, sendo que 2.167 eram homens e 2.248 (51%) mulheres, Tínhamos 1582 famílias clássicas e uma institucional. Ao compararmos estes dados com os dados de 1991 (quadro1) obtemos algumas conclusões que nos ajudam a compreender a necessidade da realização das medidas estudadas. No grupo dos [0-4] verificamos uma variação negativa de -13,8% e no grupo com mais de 65 anos uma variação de 47,8%

³⁴ GUERRA, Isabel Carvalho, *Participação e Acção Colectiva – interesses, conflitos e consensos*, Edição Principia, Estoril, 2006, p.

(quase o dobro) o que reflecte um forte envelhecimento da população que poderá estar na origem de fenómenos de exclusão social, que felizmente se tem evitado graças a iniciativas que procuram utilizar os saberes destes indivíduos sobretudo aplicados a eventos de índole cultural.

Um outro indicador que se considera útil para caracterizar qualquer território e as suas gentes é o nível de ensino atingido, sendo consensual que quanto maior for o grau de ensino maior será a participação de seus indivíduos na sociedade. Verifica-se que, de acordo com o INE, 63% da população tem apenas o ensino básico e destes 39% apenas tinha o 1º ciclo.

Autores de referência, como Georges Benko e Alain Lipiet, explicam como regiões ou territórios há alguns anos deprimidas, se transformaram em “Regiões Ganhadoras”.³⁵ É um dado adquirido que para o desenvolvimento de qualquer território, a qualidade dos **recursos humanos**, entre outros elementos é fundamental. Neste sentido e para esta Vila, imediatamente emerge uma questão tão própria, quanto vital: é preciso inverter esta situação que os dados estatísticos nos fornecem, ou seja, mais de metade da população da freguesia do Teixoso (55%) ou não tem nenhum nível de escolaridade ou tem apenas o 1º ciclo da escolaridade básica.

Nesta sociedade Moderna ou Pós-Moderna³⁶ em que vivemos, estes níveis de escolaridade são manifestamente insuficientes. Sabemos que a mudança de mentalidades é muito mais lenta do que a mudança que nos rodeia e nos afecta diariamente, mas para que se possa acompanhar e interferir na mudança, é imprescindível ter recursos humanos qualificados, competentes, disponíveis para analisar, compreender, intervir, o que só é possível com um nível de ensino cada vez mais elevado.

A Análise dos níveis de escolaridade por sexo, quer no Concelho quer na Freguesia, mostra que as percentagens do analfabetismo são sempre maiores nas mulheres que nos homens. Mas, no ensino básico as diferenças são pouco significativas, salientando apenas que no Teixoso, e quanto ao 3º ciclo do ensino básico, as mulheres que o detêm são 42% e os homens 58%.

Já no ensino superior as mulheres levam vantagem, pois na Freguesia eram 64% do total dos que têm esse nível de ensino básico, e no Concelho eram 56%.

³⁵ BENKO, George, *Regiões Ganhadoras: Distritos e Redes: os novos paradigmas da Geografia Económica*, Celta Editora, Oeiras, p.45

³⁶ SANTOS, Boaventura Sousa, *Pela mão de Alice – O social e o Político na Pós-Modernidade*, edições Afrontamento, Porto, 1994, p.84 e85.

Quadro n.º1 População residente e sua evolução em 1991, por grupo etários na freguesia do Teixoso

Grupos Etários	Anos		Varição
	1991	2001	%
Total	3742	4415	18%
[0-14]	753	649	-13,8%
[15-24]	571	653	14,4%
[25-64]	1926	2386	23,9%
[65 ou mais]	492	727	47,8%

Fonte: INE censos de 2001

Vila do Carvalho

A Vila do carvalho apresentava aquando do último recenseamento um total de 2090 habitantes, 983 do sexo masculino e 1107 do sexo feminino. Tínhamos 786 famílias clássicas e nenhuma institucional.

A comparação com os censos anteriores não é possível devido à criação de novas freguesias.

Também o nível de ensino nesta freguesia é baixo, 250 pessoas (12%) não tem qualquer nível de ensino e 45,6% dos habitantes tem apenas o primeiro ciclo o que contribui para os problemas já referidos de falta de participação, iniciativa e baixa auto estima.

Quadro n.º2 População residente e sua evolução em 1991, na freguesia do Vila do carvalho

Grupos Etários	Anos		Varição
	1991	2001	%
Total	3723	2090	-43,86%

Fonte: INE censos de 2001

Verdelhos

A situação demográfica em Verdelhos não é muito diferente das freguesias já analisadas. Com uma população de 875 habitantes, 437 do sexo masculino e 438 do sexo feminino.

O crescimento da população verificada entre os dois últimos censos foi de apenas 42 pessoas.

O nível de ensino é mais baixo que nas restantes freguesias 35% não possui qualquer nível de ensino tendo 37,9% dos habitantes o primeiro ciclo e apenas 0,2% dos habitantes possui curso superior.

Quadro n População residente e sua evolução em 1991, na freguesia do Verdelhos

Grupos Etários	Anos		Variação
	1991	2001	%
Total	833	875	5,04%

Fonte: INE censos de 2001

3.2.2 As Principais Debilidades

Como referido já neste estudo o desemprego é um dos problemas que mais preocupava as comunidades, à data de implantação do projecto e uma das razões que esteve na sua origem. Verificamos que em 2001 o Teixoso possuía 4% da sua população no desemprego, Vila do Carvalho 4,5% e Verdelhos 2% .

Apesar destes números nos parecerem hoje baixos eles anteviam já um cenário que viria a piorar, a crise na indústria de lanifícios e do vestuário.

A falta de indústrias alternativas é um problema há muito identificado mas as soluções tardaram em começar a aparecer. A esta debilidade juntam-se outras de âmbito territorial, associadas a atrasos na concretização de infraestruturas estratégicas e qualificantes, num contexto de uma estrutural falta de integração e de aproximação intra-região.

De igual forma os limiares insuficientes da massa crítica e os consequentes défices de qualificação da iniciativa em prol do desenvolvimento da região e da inovação tecnológica, social e organizacional são contrários o desenvolvimento e diversificação da actividade económica.

A população inactiva apresenta números elevados, estando na origem de vários problemas sociais como a pobreza e a exclusão social. Um indicador curioso e

representativo desta realidade é o número de pessoas a receber o Rendimento Mínimo Garantido (actual Rendimento Social de Inserção) e cuja maior percentagem se situa entre os 20 e 30 anos.

Outro problema que começava então a desenhar-se prendia-se com a comunidade de imigrantes que então se começava a instalar apresentando dificuldades de integração.

3.2.3 Valores Patrimoniais e Culturais

Na verdade são muitos os recursos inexplorados que estas três freguesias possuem nomeadamente o património construído, o folclore onde poderemos incluir valores culturais únicos como a “dança das trancas” de Verdelhos, ou os “quadros vivos do Teixoso” para além de todas as outras tradições inerentes às romarias que serviram de encaixe às feiras, que iremos tratar, a de Nossa Senhora dos Verdes no Teixoso, a de Nossa Senhora do Rosário em Verdelhos e a festa dos Púcaros em Vila do Carvalho.

O território deve ser encarado como um espaço vivido e reflexo das realidades históricas, culturais, naturais e institucionais. Surge assim como uma realidade multifacetada e diferenciada, implicando, por isso, estratégias e abordagens de intervenção integradas e ancoradas nas especificidades locais. Desta forma torna-se interessante a dinamização de tradições específicas como seja a dança das trancas em Verdelhos.

A dança das trancas, assim chamada devido ao facto dos dançarinos utilizarem grossos bordões de madeira, tornou-se no ex-libris do folclore de Verdelhos.

Foi trazida para Verdelhos, por volta de 1900, pelo contramestre Joaquim Correia Tavares. Muito semelhante às danças do Nordeste do país, ganhou aspectos únicos graças à evolução do traje e às quadras que criaram. Este tipo de dança esteve desaparecida desde 1930 a 1984 e desde 1989 até à realização da feira.

Este tipo de acção enquadra-se naquilo que Aida Rechená chama de “*Acções museológicas socializadas*”³⁷ partindo de que são promovidas por associações culturais e em termos conceptuais, podem ser considerados Processos Museológicos (conjunto de

³⁷ RECHENA, Aida, Dissertação de Mestrado em Museologia, *Processos Museológicos locais – Panorama Museológico da Beira Interior Sul*, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2003.

procedimentos e factores que possibilitam que parcelas do património se transformem em herança cultural, quando desenvolvem acções de preservação, estudo e comunicação sobre parcelas do património cultural local.

Numa altura em que a valorização do património cultural continua a ser uma realidade apagada e pouco difusa, tornar esse mesmo património em factor de desenvolvimento é fundamental.

O desiderato consiste na protecção do rico espólio destas freguesias, que sempre esteve tão esquecido na memória das gentes locais. Uma tarefa de contornos complicados, sobretudo quando as actividades pretendem sensibilizar as pessoas para a importância comunitária que devem ter os artefactos culturais e a natureza envolvente, que sempre constituíram parte inerente de um quotidiano despreocupado no que concerne às questões patrimoniais.

Interessante será constatar que paralelamente à indiferença começa a surgir a consciência de que se nada for feito não tardará a morte anunciada de territórios, pessoas e tradições. Desta consciência nasceram iniciativas que se traduzem nas recolhas etnográficas, na recuperação de edifícios com elevado valor patrimonial ou na criação de rotas temáticas e que começam a atrair o interesse dos locais tal como dos visitantes.

3.2.4 O Património Natural

Também a nível natural e paisagístico estas freguesias possuem um vasto e interessante património de que se destacam os rios Zêzere e Beijames, as muitas ribeiras e claro está a Serra da Estrela, Verdelhos integra mesmo o parque natural.

O projecto Grão a Grão apostou na organização de passeios, através de percursos temáticos a que apelidou de trilhos.

No entanto a fragilidade assenta em tornar estes passeios num negócio rentável, o que poderia ser conseguido com a criação de um centro de interpretação. Para além disto, uma boa divulgação nacional do produto, a criação de pacotes de actividades e uma conjugação de interesses e potencialidades seriam condições obrigatórias para a criação de estruturas integradas e sustentáveis.

Apesar deste aspecto mais económico, o meio natural tem possibilitado o exercício de funções sociais como a ocupação dos tempos livres, enriquecida com uma vertente educacional e cívica expressa em acções de educação ambiental.

3.2.5 Actividades Económicas

3.2.5.1 Agricultura

A agricultura é uma das componentes económicas mais fortes destas três freguesias, todavia raramente se assume como actividade principal de quem a ela se dedica. Segundo o ultimo Recenseamento Geral Agrícola, no concelho da Covilhã, onde se integram as freguesias agora estudadas, das 2858 explorações somente 165 ocupam os produtores a tempo inteiro, 641 ocupam menos de 25% do tempo e 696 de 25% a 50%, 440 de 50% a 75% e 436 de 75% a 100%.

È uma actividade complementar que se destina sobretudo ao autoconsumo. Na verdade as explorações agrícolas são muito mais do que as 2858 visto que este número corresponde somente às que tinham condições de inquirição, isto é, uma área mínima de um hectare, determinadas culturas ou determinado número de animais, de fora ficaram aquelas que por exemplo só produziam produtos hortícolas para a família, mas que acabam por ter um peso significativo no sustento do agregado familiar pois dispensam grande parte dos custos com a alimentação.

A agricultura nos moldes em que é praticada não permite grandes rendimentos aos produtores. Mais uma vez o R.G.A demonstra de forma clara essa realidade. Dos 2818 produtores singulares somente 131 obtêm rendimentos exclusivamente da actividade da exploração.

Um dos grandes entraves à modernização da agricultura consiste na fragmentação da exploração, no concelho da Covilhã a média de blocos é de 4,92 por exploração, por sua vez as explorações apresentam dimensões reduzidas, a média de superfície agrícola útil por exploração é apenas 3,7ha.

Esta última razão é aliás a responsável pelos produtores terem de se dedicar a actividades remuneradas fora da exploração.

De acordo com os números do R.G.A. a maior parte dos produtores tinha uma actividade principal exterior à exploração sendo o sector secundário (indústrias de lanifícios e confecções) a ocupar o primeiro lugar seguindo-se o sector terciário.

Também no sector agrícola a falta de formação se assume como um dos principais constrangimentos à modernização. Dos 2378 produtores singulares 460 eram analfabetos, 326 sabiam ler e/ou escrever mas não tinham qualquer grau de ensino e 1241 possuíam apenas o primeiro ciclo, somente 6 produtores possuíam curso superior agrícola.

O envelhecimento dos produtores agrícolas é outro dos problemas que afecta esta actividade. A agricultura dificilmente atrai os mais jovens e os grupos etários mais elevados são geralmente avessos a um certo tipo de investimento e inovação.

À morte dos produtores mais velhos, as explorações mais pequenas são geralmente votadas ao abandono, transformando-se, na maior parte das vezes, em pasto para as chamas.

Em termos culturais têm sido sobretudo as culturas frutícolas a gerar maiores rendimentos para os produtores, mas curiosamente dos 22.873 ha só 6330 apresentam culturas permanentes, estando aqui englobada a vinha e pomares. Entre as frutícolas destaca-se o pessegueiro seguindo-se a cerejeira, a macieira tem vindo gradualmente a perder terreno e a sua morte, por factores económicos, é hoje irreversível na região.

Em relação à viticultura, a má escolha de castas e uma má condução das vinhas tem sido responsável pelo seu insucesso, ainda que o principal problema deste sector resida na deficiente organização das associações de produtores.

O sector hortícola constituiu durante longos anos uma importante receita para um reduzido número de produtores que vendiam nas praças locais porém as grandes superfícies comerciais que se instalaram na sede do concelho têm vindo a prejudicar este sector.

A conquista de nichos de mercado é já vista por alguns como tábua de salvação. A venda de produtos regionais de reconhecida qualidade, de produtos biológicos e de produtos únicos como a cherovia poderão trazer alguma esperança ao sector agrícola, porém fazê-los chegar aos grandes mercados é ainda uma tarefa hercúlea. Um pequeno ou mesmo médio produto não tem qualquer hipótese de vender os seus produtos a um hipermercado, a solução poderá residir nas suas organizações, algumas já com uma longa história como a cooperativa de fruticultores da Cova da Beira, terão porém de apostar na inovação e conseguir que a diferenciação dos seus produtos seja reconhecida. Alguns passos foram já dados é o caso do I.G.P. (indicação geográfica protegida) conseguida para a cereja da Cova da Beira, mas um longo caminho onde vários actores locais terão que dar as mãos está ainda por percorrer.

3.2.5.2 Actividade Artesanal

No que concerne ao artesanato torna-se particularmente difícil encetar uma análise visto esta actividade não se assumir, nas freguesias do projecto, como uma actividade económica, mas antes como uma ocupação dos tempos livres que permite criar utensílios necessários à actividade principal (geralmente a agrícola) ou gerar um muito reduzido rendimento pecuniário que completa as parcas pensões.

Na actividade privilegiaram-se os artesãos que trabalhavam a madeira, na Vila do Carvalho, e a trapologia no Teixoso, não se tendo feito o necessário levantamento das restantes ocupações artesanais como sejam os sapateiros, os alfaiates, as costureiras e outras actividades ligadas às artes decorativas.

A grande maioria dos artesãos residentes na área de intervenção situa-se em faixas etárias acima dos 60 anos, o que evidencia o envelhecimento desta categoria profissional (se como tal pode ser considerada). Situação que augura num futuro próximo o desaparecimento dos saberes tradicionais destes artesãos.

Numa época em que assistimos a uma redescoberta de espaço rural, terá algum cabimento pensar que o artesanato também será afectado positivamente por esta tendência. Com efeito, uma parte das potencialidades que o artesanato encerra, deve-se à mudança de mentalidades do público consumidor que prefere cada vez mais produtos de reconhecida qualidade.

Tal como nos refere Webber “*A habilidade de artesão é um termo geralmente aplicado a trabalhadores manuais e denota a procura da qualidade ao fazer um violino, um relógio ou um pote. Mas esta visão é muito redutora. Também existe “habilidade de Artesão”*”³⁸ a nível mental, por exemplo, no esforço que requer escrever uma frase correctamente. Este aspecto, claramente esmiuçado por webber, demonstra, em nossa opinião, como a qualidade, expressa no trabalho de artesão, se pode tornar em factor de desenvolvimento para pequenas actividades, como é o caso do artesanato da região em estudo. De resto, o trabalho do artesão enfatiza a objectivação e o espírito daí decorrente, ainda que de forma indirecta, acaba por provocar um sentimento de orgulho a quem o executa.

Este modelo poderia ser mesmo aplicado a unidades semi-industriais como sejam as marcenarias, as padarias, carpintarias ou até mesmo as explorações agrícolas.

³⁸ WEBBER, Max, *Sociologie du droit*, Press Universitaires de France, Paris, 1986, p.149.

Trabalhadores geralmente apelidados de indiferenciados acabam por adquirir competências através da prática e, na medida em que elaboram bem um produto pela qualidade do mesmo, este é reconhecido pelo comprador e acabam assim por sentir satisfação na tarefa que desempenham.

Este tipo de conseguir um produto de qualidade através da experiência mas sobretudo da vontade e do prazer do fazer bem tem estado ausente da maior parte das indústrias locais como os lanifícios e as confecções, onde se pretende que os trabalhadores executem várias tarefas diferentes em pouco tempo. Será aliás esta a razão porque encontramos trabalhadores que se queixam do stress laboral, dos horários e dos chefes enquanto os patrões se queixam que os empregados tentam fugir às responsabilidades e às tarefas que lhes foram destinadas. Parece-nos por tudo isto que artesanato como factor de desenvolvimento económico mas também social e pessoal deve ser promovido.

Ao assumir-se o artesanato como factor de desenvolvimento podemos considerá-lo igualmente como forma de combater a exclusão social nas suas seis dimensões³⁹ tais como as entende Rogério Roque Amaro – A do *Ser*, na medida em que o artesão pela qualidade do seu produto tem um aumento da auto-estima e do auto-reconhecimento; A do *Estar*, na medida que ao adquirir matérias-primas e ao produzir produtos para terceiros se enquadra numa rede de pertença social; A do *Fazer*, na medida em que o seu trabalho é reconhecido socialmente; A do *Criar*, na medida que cada peça que produz é uma peça única que revela o seu talento e a sua capacidade de criar, A do *Saber*, na medida em que ao adquirir elevadas competências através da prática é detentor de um saber que lhe permite a realização de determinadas tarefas com muita qualidade; a do *Ter*, na medida em que possui fonte de rendimento e que lhe permite o acesso a níveis de consumo médios.

Não se pode contudo pretender que seja o artesanato a solução para todos os males, o rendimento obtido não permite terminar com a pobreza conceito diferente de exclusão social, ainda assim o desempenho de uma tarefa ainda que pouco rentável, mas desempenhada com prazer e bem aceite socialmente é indiscutivelmente preferível ao desemprego.

³⁹ ROQUE AMARO, Rogério, *A Exclusão Social Hoje*, ISTA, http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad_09/amaro.html, 11/09/09:13:35h

3.2.5.3 Indústria de lanifícios

As freguesias analisadas encontram essencialmente na indústria do têxtil, vestuário e confecções o principal empregador.

Estas indústrias localizam-se geralmente fora das freguesias, o que acarreta o surgimento de novos problemas como despejar dos serviços que se localizavam na freguesia e gradual transformação das localidades em bairros dormitórios.

Estas indústrias apresentam graves dificuldades económicas, o que se tem traduzido no fecho de muitas unidades e no conseqüente desemprego para os seus trabalhadores. Estes problemas resultam principalmente da falta de uma real aposta nos novos factores de competitividade do sector. A pouca qualificação dos recursos humanos que, além de mais, continuam ainda a ser considerados, pela maioria dos empresários, como um custo e não como o factor central da melhoria da competitividade, contribuem para a debilidade deste tipo de indústria. Aos problemas já enumerados deve-se ainda acrescentar a persistência de decisões tecnicamente não fundamentadas, de lógicas localistas e concorrenciais em detrimento da urgente e necessária articulação com os diversos agentes e de concepções de desenvolvimento demasiadas físicas e materiais.

Capítulo 4

As feiras de produtos Locais

4.1 Feiras de Produtos Locais

As feiras de produtos locais foram programadas para serem desenvolvidas nas freguesias do Teixoso, Verdelhos e Vila do Carvalho. O escoamento dos produtos locais, promoção dos mesmos e a possibilidade da criação de postos de emprego a partir da criação de pequenas empresas e explorações dedicadas à produção dos referidos produtos constituíram o principal objectivo da actividade.

A Beira Serra disponibilizou barraquinhas em madeira às colectividades locais e juntas de freguesia, às associações, artesões e pequenos produtores que manifestaram o desejo de participar e ainda a outros interessados que pretendessem realizar mostras sobre valores patrimoniais ligados ao mundo rural.

O trabalho da Beira Serra consistiu não só na sensibilização e dinamização dos actores primários e secundários para uma participação efectiva e activa na organização das feiras, como se encarregou da sua divulgação.

Para além do comércio e exposição de produtos realizaram-se espectáculos onde se privilegiou o folclore local.

4.2 A escolha das festas que serviram de encaixe à actividade

A escolha destas festas teve em conta vários aspectos, desde logo o mais importante prende-se com o facto de que gozam enorme popularidade, pois pretendia-se a existência de um real intercâmbio entre as três freguesias envolvidas de maneira a rentabilizar recursos, dar maior visibilidade a este evento, e contribuir para o enriquecimento mútuo de uma iniciativa que teria isoladamente um impacto muito menor. Neste aspecto, o projecto pretendeu a implementação de estratégias de desenvolvimento comuns, contrariando as lógicas de intervenção fragmentadas e isoladas que têm sido dominantes. Para o objectivo referido contribuiu também a proximidade no calendário relativa aos três eventos.

Um outro aspecto não menos importante prende-se com o carácter rural/agrícola inerente a estas festas. Assim no Teixoso escolheu-se a festa que está mais ligada com a actividade agrícola, refira-se que a festa de Nossa Senhora dos Verdes é conhecida, como a festa das melancias. Igualmente é uma festa de final do ciclo agrícola (o ano agrícola, assim considerado ainda hoje para fins estatísticos, inicia-se em Novembro e

termina no final de Outubro) visto se realizar a 7 de Setembro, podendo ali encontra-se a maior parte dos produtos obtidos na última campanha. A simbologia desta festa vai ainda mais longe, a invocação de Nossa Senhora dos Verdes liga-se directamente à protecção dos campos agrícolas. Nasceu por intermédio de uma poderosa confraria, a confraria de Nossa Senhora dos Verdes da Vila de Manteigas que, numa altura que não existia outro tipo de protecção para as culturas agrícolas, promovia o culto de Nossa Senhora dos Verdes sendo a responsável pela introdução da invocação em várias freguesias da região. Curiosamente, no Teixoso, o culto granjeou tamanha devoção que a ermida de São Brás ficou conhecida, depois do século XVIII, por ermida de Nossa Senhora dos Verdes. Estes aspectos ligados à cultura popular, à memória e à identidade da comunidade são assim aproveitados para valorizar a actividade e fazer recair sobre ela um maior sentimento de pertença.

4.3 Os Actores

*“ A inovação deste início de século são a interacção e a cooperação programadas com vista a atingir objectivos concertados”.*⁴⁰ Este aspecto advém do facto de se considerar que devem ser as próprias comunidades a gerar o seu próprio desenvolvimento. É esta realidade que *“transforma a vida social numa multiplicidade de ecossistemas em que coexistem em rede todos os que participam no seu desenvolvimento, mesmo que ainda fiquem por clarificar os meios e as modalidades de conectar as diferentes redes e, mais particularmente associar os actores económicos e sociais”*⁴¹

É deste novo conceito de governança que se extrai o modelo que vai servir de base aos mais variados projectos de desenvolvimento local nos quais se insere a medida que agora se estuda.

Constituíram os parceiros da actividade as seguintes entidades: Beira Serra, juntas de freguesia, Associações de Compartes, Rancho Folclórico Rosinhas da Borracheira, Associação Cultural e Desportiva Jovem Teixo, Associação Cultural e desportiva do Terlamonte, Centro Social de Nossa Senhora da Conceição, Carvalhense Futebol Clube e Associação Florestal Torga, enquanto os actores primários foram artesãos e pequenos

⁴⁰ GUERRA, Isabel Carvalho, *Participação e Acção Colectiva – interesses, conflitos e consensos*, Edição Principia, Estoril, 2006, p.16.

⁴¹ *Idem*, p.12

produtores agrícolas. A própria comunidade poderá ser considerada como um actor primário na medida em que foi mobilizada e participou no evento adquirindo produtos e apreendendo saberes.

Os parceiros que constituem este projecto poderão ser considerados como actores institucionais porque representam interesses colectivos⁴² Sendo formalmente representantes das suas bases, são, neste contexto “*convidados para integrar um novo movimento ou uma organização estruturada em função de uma intervenção concreta*”.

A maior parte dos parceiros são associações nas quais se cristalizou o esforço abnegado, anónimo e solidário de sucessivas gerações, assegurando continuidade à expressão organizada dos valores culturais genuínos de cada terra. Têm, aliás, sido eles e plataformas de colaboração que representam a força, o ponto de vibração e o pulsar das comunidades. Ao associativismo se deve a criação de potenciais pólos de desenvolvimento tendo em conta que gera e intensifica relações humanas, sociais e culturais entre grupos e pessoas. Desta forma a questão de proximidade e de partilha dum espaço vivencial comum são factores indispensáveis à transformação dos interesses individuais em vontade colectiva. Desta relação entre associativismo e desenvolvimento nasce o conceito de **Desenvolvimento Local**, é por esta razão que se tornou lugar comum afirmar que as instituições são a variável decisiva no desenvolvimento⁴³ Segundo Fukuyama os programas de sucesso são frequentemente idiossincráticos, envolvendo o que James Scott designa por “*metis – a capacidade de utilizar saberes locais para criar soluções locais*”⁴⁴. Como é reconhecido por vários autores nem sempre o sucesso económico depende de factores económicos. Aspectos culturais e históricos moldam as sociedades e obrigam a adopção de modelos de desenvolvimento diferenciados. Da mesma forma que não podemos adoptar o modelo da Dinamarca à Somália⁴⁵ também não devemos ter a pretensão de adaptar o modelo de desenvolvimento do Algarve à Beira Interior. Assim a importância de integrar no projecto associações locais que partilham espaços, no fundo, quem pensa, projecta e

⁴² GUERRA, Isabel Carvalho, *Participação e Acção Colectiva – interesses, conflitos e consensos*, Edição Principia, Estoril, 2006, p.22

⁴³ FUKUYAMA, Francis, *A construção de Estados, governação e ordem mundial no sec. XXI*, Lisboa, Gardiva, p.35.

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ FUKUYAMA, Francis, *A construção de Estados, governação e ordem mundial no sec. XXI*, p.35, a imagem da Dinamarca foi utilizada por Wodcock e Pritchett e representa um país desenvolvido com instituições públicas a funcionar bem. P.97

anima o desenvolvimento local, não o pode fazer desligado do território de que se alimenta e em que se insere.

A criação de um grupo composto por um elevado número de parceiros, como é o caso, teve os seus riscos. O atingir das metas finais e o estabelecimento destas ter-se-á eventualmente repercutido no sucesso final da acção. O sucesso depende da forma como se tenta atingir a meta final, até aqui nada de extraordinário, mas não existe uma única meta, mas várias, as quais poderão ser interdependentes e até mesmo conflituais. Ilustra bem esta situação a afirmação de Isabel Guerra: *“Por um lado, os sujeitos são convidados a participar na formatação da sua própria identidade e na construção da sua capacidade de acção, mas, por outro lado, a sua identidade é-lhes negada e a sua capacidade de acção é circunscrita pelos instrumentos de controle e regulação que definem as condições, formas de manifestação e objectivos de acção colectiva. Assim, a reapropriação de sentido da acção, da verdadeira capacidade para a acção, pode engendrar novos conflitos”*.⁴⁶

Toda esta parceria estabelecida em rede externa e interna defrontou-se com outros problemas, o peso da burocracia, a falta de legislação, o conservadorismo e a falta de iniciativa de algumas instituições foram o grande obstáculo para a realização deste tipo de dinâmica. Por sua vez a rede interna assentou na constituição de equipas multidisciplinares que trabalharam ao nível da freguesia, (os grupos de dinamização local) e de outros que discutiram de forma alargada os problemas comuns às três freguesias (grupos temáticos). Estas equipas fomentaram as metodologias participativas para gerar sinergias criativas entre a população, instituições, serviços, tradições (...), num processo interactivo e dinâmico de promoção da auto-valorização social e comunitária.

4.4 Avaliação da actividade

Segundo a entidade promotora eram apontados na ficha de actividade (anexo), como resultados esperados a curto prazo, o envolvimento dos parceiros na organização e realização de actividades; e melhoria do escoamento dos produtos locais. A médio e longo prazo esperava-se que as entidades locais assumissem a feira como uma iniciativa

⁴⁶ GUERRA, Isabel Carvalho, *Participação e Acção Colectiva – interesses, conflitos e consensos*, Edição Principia, Estoril, 2006, p.20.

a integrar nas festividades das freguesias, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores e artesãos e para a dinamização social e económica das freguesias.

Os resultados ficaram porém aquém do desejado como é reconhecido pela entidade promotora. Como ponto forte realçou-se o impacto da iniciativa na comunidade, na medida em que ninguém terá ficado indiferente à iniciativa e às visitas previstas, 1000 visitantes para a Vila do Carvalho, 1500 para o Teixoso e 500 para Verdelhos, foram atingidas e ultrapassadas.

O envolvimento dos parceiros foi por sua vez considerado fraco. Este aspecto poderá encontrar explicação noutras partes deste estudo, nomeadamente quando é referida a diversidade de metas. O associativismo mais comum, nesta região, é o desportivo, o recreativo e o cultural, este último consubstanciado principalmente em bandas musicais e ranchos folclóricos. Ora sendo os actores primários produtores agrícolas e artesãos dever-se-ia ter optado por colocar entre os parceiros associações da defesa dos direitos e interesses de grupos socioprofissionais.

É certo que estas não têm sede nas freguesias abrangidas, mas alguns dos expositores eram sócios de cooperativas frutícolas e vitivinícolas cujos interesses seriam comuns aos do alvo desta actividade.

Quanto ao escoamento dos produtos, é referido e reconhecido que os participantes se mostraram muito satisfeitos com o volume de vendas realizadas e ambiente da feira.

Teremos porém de ter em conta que a feira teve a duração de um só dia e quando muito os participantes que optassem por participar nas três feiras teriam apenas três dias para efectuar a venda de produtos, o que não lhes permitia escoar toda a sua produção muito menos aumentá-la. Por outro lado só um pequeno número de produtores, quinze por freguesia, participou no certame, não se podendo esperar por isso alterações significativas no tecido económico de cada freguesia.

Quanto aos objectivos de médio e longo prazo, verificamos hoje que somente a feira de Nossa Senhora dos Verdes teve a continuidade nos moldes em que foi organizada.

Da análise decorrente destas conclusões e do seu cruzamento com as informações obtidas nas entrevistas chega-se à conclusão de falhas sobretudo ao nível da participação e interesse dos actores. Verifica-se por exemplo que enquanto produtores e artesãos pretendiam dar a conhecer o seu trabalho e escoar a sua produção e, por isso se

empenharam na apresentação dos seus produtos, os representantes das várias associações pretendiam, em primeiro lugar, que o trabalho das suas associações fosse reconhecido restringindo-se por isso a participação à montagem de standers que lhes foram destinados. A mesma forma de participação foi adoptada por algumas juntas de freguesia que nos revelaram na entrevista que o seu papel nesta actividade se resumiu a apresentação de algumas fotografias e troféus.

Isabel Guerra propõe a este respeito que *“a formação de acordos de parceria não se faz mecanicamente, nem ao acaso, mas conforme uma «construção social da realidade» baseada num pequeno número de representações que orientam as condutas dos actores.*⁴⁷

Por isso, segundo a mesma autora, haveria necessidade de efectuar previamente a identificação dos actores. Esta far-se-ia de acordo com um método que engloba várias etapas e se inicia com a definição das problemáticas centrais e delimitação das fronteiras de acção, na medida em que se procuram os actores-chave face a uma intervenção concreta.

Analisando a apresentação dos grupos de folclore, cantares tradicionais, que actuaram durante a feira e em particular, de costumes muito específicos como a “dança das trancas” podemos concluir que se promoveu a valorização dos recursos locais, recorrendo ao potencial patrimonial e ao potencial humano locais.

Tendo em conta que a integração social é uma das componentes do desenvolvimento local, quando não o seu principal objectivo, importa referir que esta actividade promoveu a integração social nos seguintes aspectos.

- Fortalecimento do sentimento de auto-estima e orgulho da comunidade que passou a contar nas suas freguesias, com certames reconhecidos regionalmente.
- Fortalecimento do sentimento de auto-estima e orgulho dos expositores (agricultores e artesãos) que viram as suas actividades reconhecidas e valorizadas.
- Fortalecimento do sentimento de auto-estima e orgulho das associações culturais (ranchos folclóricos, grupos de cantares) que obtiveram o reconhecimento das suas actividades.

⁴⁷ GUERRA, Isabel Carvalho, *Participação e Acção Colectiva – interesses, conflitos e consensos*, Edição Principia, Estoril, 2006, p.21

- Todos os actores, na medida em que produziram algum tipo de produto ou serviço ou deles usufruíram, viram reforçado o seu enquadramento numa rede de pertença social.
- Todos os actores trocaram e adquiriram competências, as quais lhe foram simultaneamente reconhecidas, para a elaboração de novas iniciativas.
- Alguns rendimentos extra obtidos a partir da venda de produtos contribuíram para um melhor acesso a níveis de consumo médios.

4.4.1 Análise de Matriz de Identificação de Actores

Com o objectivo de clarificar os resultados elaborámos uma matriz com base num modelo proposto por Isabel Guerra, a partir de entrevistas que efectuámos.

A matriz permite-nos reforçar as conclusões apresentadas. No entanto através de uma análise mais detalhada a cada grupo identificamos os seus interesses e principais constrangimentos o que permitirá no futuro a redefinição de estratégias.

Verificamos que o grupo de artesãos e produtores participou de forma interessada e empenhada na actividade, conseguiu os objectivos mais imediatos (venda dos produtos levados para o certame, e adquiriu consciência do seu papel enquanto guardião de uma herança patrimonial, cultural e natural. Mostrou-se contudo incapaz de tomar a iniciativa na dinamização de acções quer individuais quer colectivas.

A comunidade em geral aderiu bem à iniciativa, em grande parte devido às relações de proximidade e à sua curiosidade. Crê-se que a iniciativa possa ter despertado a atenção colectiva para as potencialidades da freguesia.

Em relação aos actores secundários verificamos que são aqueles que actuam no terreno os que mais se envolvem no sucesso da actividade. A equipa para conseguir os resultados pretendidos organiza-se e define estratégias.

No grupo dos actores terciários, encontramos duas atitudes distintas enquanto o conselho de parceiros apesar da responsabilidade que reconhece e do seu papel sair reforçado não encara a actividade como uma prioridade, por sua vez a entidade promotora considera a actividade prioritária e gostaria de dar continuidade à actividade.

Actores	Interesses	Impacte potencial do projecto	Prioridade e mobilidade face ao programa
Primários			
Grupo de artesãos, produtores agrícolas e expositores.	- A maioria destes actores interessou-se pela actividade bem como pelos proveitos poderiam advir da mesma, quer na venda de produtos quer no dar a conhecer as actividades da sua associação.	- Participação nas feiras leva a alguns ganhos e escoamento de produtos. - Criam uma consciência de necessidade de preservação do que é regional. - Adquirem capacidades de trabalho em equipa.	- Identifica-se uma passividade deste grupo para tomar iniciativa de investimento inovação.
Comunidade em geral	- A comunidade, população das freguesias, aderiu às feiras de produtos locais, pois alguns dos expositores eram familiares, vizinhos ou conhecidos.	- Prevê-se uma maior atenção às potencialidades locais nomeadamente à recuperação de tradições.	- A mobilização é na maior parte das vezes por curiosidade.
Secundários			
Grupos de Dinamização Local.	- Vê-se neste grupo um interesse superior ao dos restantes grupos quer no empenhamento quer na motivação dos restantes grupos.	- Melhoria das perspectivas futuras e da importância dada a este tipo de projectos futuros. - Satisfação com o trabalho realizado em campo.	- Há uma concertação estratégica nesta equipa com um sentido de interagida.
Grupos temáticos	- Estes grupos constituídos de forma a aproveitar as potencialidades individuais, ou da associação em determinada área de actuação.	- Melhoram o seu contributo e aperfeiçoam as suas capacidades técnicas.	- Actuam apenas numa área especializada.
Terciários			
Grupo Conselho de Parceiros	- Estes definem estratégias e analisam as actividades pelo que existe grande responsabilidades sobre estes.	- O seu papel sai reforçado se o projecto resultar, pelo que o impacte dos resultados afectam a participação futura neste tipo de parcerias.	- Pequena
Entidade Promotora Beira Serra	- Pretendem promover processos de desenvolvimento que valorizem as pessoas território da região. - Apostam na mobilização de pessoas e saberes para a construção de processos participados, capazes de fortalecer um espírito colectivo empenhado e solidário.	- O seu papel sai reforçado se o projecto resultar, mas o que lhe agradaria era o futuro e continuidade das actividades, com o desenvolvimento das micro-empresas ou empresas familiares.	- Grande

Capítulo 5

Análise de algumas vertentes do Projecto/actividade

5.1 Impactes cruzados em Matriz

Após a análise da actividade pretendeu-se traçar caminhos futuros, saber o que esperavam as comunidades, as associações locais, juntas de freguesia e todos os participantes, que iniciativas iriam encetar que consciências dos problemas e das potencialidades haviam tomado.

Para o efeito elaboraram-se três matrizes SWOT que pretendem de forma clara demonstrar como a comunidade olha para as suas hipóteses de desenvolvimento, como encara os seus problemas, que soluções e dinâmicas pretende adoptar.

A análise dos dados recolhidos através de questionário, permitiu-nos seleccionar as cinco oportunidades e ameaças a que as entidades inquiridas atribuem maior importância, enquanto passíveis de se virem a sobrevalorizar num futuro projecto do mesmo âmbito do Grão a Grão, no contexto em que desenvolvem a sua actividade. O mesmo acontece com as cinco forças e fraquezas que aqueles parceiros consideram possuir e às quais dispensam mais atenção, com vista a que, com elas possam, respectivamente, aproveitar ou enfrentar convenientemente as primeiras.

Os impactes resultantes do cruzamento entre elas, constituiu o cerne da análise SWOT, já que esta metodologia é fundamentada na análise dos impactes cruzados em matriz, produzidos pelas forças e pelas fraquezas sobre as oportunidades e as ameaças.

Desta forma, com recurso às técnicas estatísticas da análise bivariada (momento o Spearman) produzimos um conjunto de três matrizes que se seguem.

Através delas, pretendemos avaliar os impactes produzidos pelo jogo de forças e fraquezas equacionando as oportunidades e ameaças que se desenham para o futuro, no meio que as circunda.

Se observarmos a matriz SWOT n.º.1, referente ao conjunto de todas as entidades inquiridas, somos desde logo confrontados com um bloco de relações fortes (positivas) entre forças e oportunidades, no quadrante superior esquerdo da matriz. Tal significa que, relativamente às oportunidades identificadas para o futuro, existem forças suficientemente cimentadas para tirar delas o maior partido, em benefício do desenvolvimento local.

Em concreto, parece desenhar-se para estas freguesias uma série de acontecimentos e tendências que as beneficiarão e enriquecerão, como a acção e influência das Associações Locais, as perspectivas de investimento na região, a possibilidade de explorar actividades turísticas e de lazer, que de igual forma irão enriquecer as entidades que actuam nesta área geográfica.

Para aproveitar ao máximo aqueles acontecimentos e tendências e tirar das oportunidades, elevados benefícios para as entidades, exige-se a estas que tenham capacidade suficiente, de se relacionarem com a população o que parece acontecer com a identificação da acção e influência das associações locais, havendo também uma concertação estratégica entre os actores locais. É neste sentido que aquelas entidades revelam considerar possuir forças suficientemente cimentadas, capaz de orientar positivamente as populações nas oportunidades que se avizinham.

Mas, as entidades inquiridas não possuem apenas forças. Elas próprias consideram possuir internamente algumas fraquezas que parecem comprometer parte do aproveitamento das actividades iniciadas com o programa. É assim que assistimos à indicação de que existe demasiada rotatividade na direcção das associações locais o que leva a uma descontinuidade dos projectos e à falta de acompanhamento técnico destes após as actividades, de que deriva um baixo grau de mobilização da sociedade civil.

Quanto maiores forem estas debilidades ou fraquezas das entidades tenderão a ser algo menores os benefícios proporcionados pelas oportunidades previstas. A matriz SWOT n.º1 revela existir uma associação moderada, negativa, entre as fraquezas e as oportunidades denunciadas.

Ao contrário, a associação verificada entre os pontos fracos das entidades e as ameaças previstas para o meio ambiente, é de carácter positivo ou concordante, pelo que quanto maiores e mais graves as fraquezas, mais nefastos poderão ser os efeitos produzidos pelos terrenos agrícolas subaproveitados e abandonados, a falta de iniciativas locais de micro-empresas e empresas familiares, a desertificação física e humana e os fenómenos de exclusão social.

Estas ameaças, podem no entanto ser enfrentadas, com vista a que sejam atenuados os seus efeitos negativos sobre a actividade quer dos produtores agrícolas e artesãos quer

na actividade futura de projectos sociais quer no futuro do desenvolvimento local destas freguesias. Através da influência e da forma de cooperação de que estas dispõem. Assim as entidades inquiridas consideram possuir, juntas, forças suficientes que em conjunto com as excelentes forças externas, como sejam, perspectivas de investimento na região, qualidade ambiental e turística, qualidade dos produtos e serviços, capazes de produzir um efeito muito forte no combate das ameaças que se prevêm para o futuro, tal como podemos observar no quadrante superior direito da matriz SWOT n.º1. Ali se encontram patente um a forte discordância entre o comportamento das forças e o das ameaças, isto é, quando os pontos fortes são efectivamente destacados e valorizados no seu pleno, tende a haver uma elevada desvalorização dos efeitos negativos que as ameaças possam produzir, e vice-versa.

Em termos globais, podemos destacar, de forma sumária, a indicação pelas entidades, de um conjunto de ameaças relacionadas com os problemas do desemprego e do seu agravamento; diminuição da actividade e emprego na indústria de lanifícios, terrenos agrícolas subaproveitados ou abandonados, mas passíveis de serem esbatidos, na sua maioria, pelas consolidadas forças internas que possuem e pelas excelentes condições naturais da região como acção e exploração de actividades turísticas e de lazer, as quais constituem um bloco muito forte.

As oportunidades identificadas pelas mesmas entidades, situam-se em torno das possibilidades de desenvolvimento de algumas fileiras da actividade económica local, susceptíveis de produzirem impacte positivo na criação de emprego, o que também pode vir a ser conseguido, tendo em conta o elevado efeito positivo produzido pelo bloco das forças, concertação estratégica entre os actores locais, no sentido do aproveitamento máximo das oportunidades.

Ainda assim, observando a matriz SWOT n.º 1 em termos globais, pode afirmar-se serem mais fortes as relações das forças com as oportunidades (concordância que reforça os efeitos destas) com as ameaças (discordância que atenua os seus efeitos), do que as associações da metade inferior da matriz, as quais são efectivamente mais moderadas. Por isso, podemos alimentar algum optimismo quanto à capacidade existente nestas freguesias para um desenvolvimento local que ajude as populações a enfrentar o futuro.

Em termos específicos, e observando agora a matriz SWOT n.º2 relativa às entidades pertencentes ao Conselho de Parceiros, não há grandes diferenças relativamente à matriz do conjunto, no que toca ao quadrante forças/oportunidades. Há no entanto de notar o facto de estas entidades referirem a preocupação com a concertação estratégica entre os actores locais, e o clima e cultura de trabalho de rede/equipa, que se configura como uma oportunidade de onde se podem retirar dividendos positivos para a sua actividade.

As ameaças identificadas pelas entidades do conselho de Parceiros, três delas, são as mesmas apontadas pelo conjunto das entidades inquiridas sendo uma outra muito semelhante e no âmbito da diminuição de emprego, aparece-nos de novo a concorrência de infra-estruturas de outras freguesias.

No bloco dos pontos fracos identificados, surge uma dimensão a que as entidades no conjunto não deram particular atenção, trata-se dos incêndios e as consequências nefastas destes para as actividades a desenvolver no âmbito do desenvolvimento da região. Mas apesar de fraqueza ela apenas compromete moderadamente o aproveitamento das oportunidades previstas no futuro.

A análise da matriz SWOT n.º2 tem um carácter mais positivo que a matriz SWOT n.º1, já que o jogo de forças e fraquezas parece produzir duas fortes manchas de capacidade, tanto para aproveitar na totalidade as oportunidades, como para reduzir ao mínimo os efeitos nefastos das ameaças previstas. Esta é uma leitura que resulta da observação dos quadrantes superiores da matriz.

Parece-me, em minha modesta opinião, que estas entidades tem uma maior capacidade positiva para enfrentar as ameaças (talvez por serem os responsáveis pelas estratégias utilizadas ao longo do projecto) sendo de igual forma o efeito negativo dos obstáculos no agravamento dos efeitos daqueles.

As oportunidades identificadas pelas associações locais parceiros (Matriz SWOT n.º3) são as mesmas que as identificadas pelo conjunto das entidades inquiridas, o mesmo que acontece com as fraquezas, sendo ligeiras as alterações verificadas. Algumas alterações ocorrem ao nível das forças é de destacar as aptidões dos quadros técnicos das associações locais, uma força interna, e a modernização dos sectores produtivos tradicionais.

Também no que concerne às ameaças previstas pelas associações locais para o futuro, é dado destaque, de forma diferente que no conjunto, as aptidões escolares e profissionais da população activa o que se compreende com o destaque também para o nível etário dos artesãos e produtos agrícolas.

Assim, a influência do bloco das forças, quer sobre as oportunidades quer sobre as ameaças, no sentido, respectivamente da sua maximização ou da sua atenuação, é ligeiramente menor na matriz SWOT n.º1. Tal deve-se, ao facto de não ser máxima a influência destas associações nos resultados do projecto.

Em traços gerais, podemos resumir a matriz SWOT das associações locais a um conjunto de preocupações com as questões de desertificação da região e com as aptidões profissionais e elevados níveis etários dos produtores agrícolas e artesões, mas tendo a contrapartida de se perspectivar a modernização dos sectores produtivos tradicionais com a boa qualidade dos produtos.

A análise dos impactes cruzados nas matrizes SWOT, revela um certo optimismo dos actores quanto ao futuro das freguesias e nas potencialidades, embora os três grupos inquiridos tenham alguns pontos de vista diferentes relativos aos caminhos a seguir.

Parece haver condições para que os actores aproveitem em boa medida as oportunidades induzidas por este projecto, nomeadamente, uma concertação estratégica entre os actores locais, a colaboração entre as freguesias, a institucionalização de um clima e cultura de trabalho em rede, tendo como fim a exploração de actividades e produtos regionais e a acções e exploração de actividades turísticas e de lazer, através dos aspectos positivos ou forças que julgam dispor.

As mesmas forças parecem ser suficientes para enfrentar as ameaças constituídas pela desertificação, pela falta de incentivos locais a micro-empresas e empresas familiares e outras que se avizinhem.

Ao mesmo tempo, as fraquezas existentes nos actores, não agravam irremediavelmente as ameaças do meio envolvente, nem comprometem totalmente o aproveitamento das oportunidades daquele meio.

Matriz SWOT N° 1 - Impactes Cruzados para o conjunto das Entidades Inquiridas:

		1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
		Exploração de actividades Turísticas e de Lazer	Exploração de actividades e produtos regionais	Perspectivas de Investimento na Região	Oferta de formação escolar e profissional	Ação e influências das Associações Locais	Níveis de desemprego	Fenómenos de exclusão social	Desertificação física e humana	Diminuição da actividade e emprego agrícola	Grau de mobilização da sociedade civil.
FUTURO											
PRESENTE											
FORÇAS		OPORTUNIDADES					AMEAÇAS				
1	Qualidade Ambiental e Turística.	++	++	++	++	++	--	--	--	--	--
2	Qualidade dos produtos e serviços.	++	++	++	++	++	--	--	--	--	--
3	Atenção dispensada ao meio envolvente.	++	++	++	++	++	--	--	--	--	--
4	Motivação dos artesãos para a sua motivação profissional.	++	++	++	++	++	--	--	--	--	--
5	Colaboração entre freguesias.	++	++	++	++	++	--	--	--	--	--
FRAQUEZAS											
1	Falta de incentivos locais micro-empresas e empresas-familiares.	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+
2	Terrenos agrícolas subaproveitados ou abandonados.	-	-	-	-	-	+	+	+	+	++
3	Rotatividade na direcção das associações locais	-	-	-	-	-	+	+	+	+	++
4	Falta de acompanhamento após a actividade	-	-	-	-	-	+	+	+	+	++
5	Resistência ao desconhecido.	-	-	-	-	-	+	+	+	+	++

Matriz SWOT N° 2 - Impactes Cruzados para o conjunto das entidades inquiridas pertencentes ao Conselho de Parceiros:

FUTURO PRESENTE		1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
		Concertação estratégica entre os actores locais	Aptidões escolares e profissionais da população activa.	Acção e influencia das associações locais	Exploração de actividades e produtos regionais.	Exploração de actividades turísticas e de lazer	Níveis de desemprego	Diminuição da actividade e emprego da industria de lanifícios	Fenómenos de exclusão social	Desertificação física e humana	Concorrência de infra-estruturas de outras freguesias.
FORÇAS		OPORTUNIDADES					AMEAÇAS				
1	Colaboração entre freguesias.	++	++	++	++	++	--	--	--	--	--
2	Qualidade ambiental e turística	++	++	++	++	++	--	--	--	--	--
3	Atenção dispensada ao meio envolvente	++	++	++	++	++	--	--	--	--	--
4	Motivação dos artesãos para a sua valorização profissional	++	++	++	++	++	--	--	--	--	--
5	Clima e cultura de trabalho de rede/equipa	++	++	++	++	++	--	--	--	--	--
FRAQUEZAS											
1	Falta de incentivos locais micro-empresas e empresas familiares.	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+
2	Terrenos agrícolas subaproveitados ou abandonados.	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+
3	Falta de acompanhamento após a actividade	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+
4	Incêndios florestais	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+
5	Descontinuidade dos projectos	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+

Matriz SWOT N° 3 - Impactes Cruzados para as Associações Locais Parceiras:

FUTURO PRESENTE		1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
		Acção e influências das Associações Locais	Modernização dos sectores produtivos tradicionais.	Perspectivas de investimento na região	Concertação estratégica entre os actores locais	Preservação do ambiente	Níveis de desemprego	Aptidões escolares e profissionais da população activa	Desertificação física e humana	Concorrência de infraestruturas de outras freguesias	Grau de mobilização da sociedade civil.
FORÇAS		OPORTUNIDADES					AMEAÇAS				
1	Qualidade dos produtos e serviços	++	++	++	++	++	--	--	--	--	--
2	Aptidões dos quadros técnicos das associações locais.	++	++	++	++	++	--	--	--	--	--
3	Qualidade Ambiental e turística	++	++	++	++	++	--	--	--	--	--
4	Motivação dos artesãos para a sua motivação profissional.	++	++	++	++	++	-	-	-	-	-
5	Colaboração entre parceiros.	++	+	+	+	+	--	--	--	--	--
FRAQUEZAS											
1	Descontinuidade dos projectos.	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+
2	Níveis etários dos artesãos e produtores agrícolas.	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+
3	Resistência ao desconhecido.	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+
4	Falta de acompanhamento após as actividades	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+
5	Falta de incentivos locais micro-empresas e empresas familiares.	0	0	0	-	-	+	0	0	0	+

5.2 Análise dos condicionantes ao desenvolvimento

Com base nas duas últimas questões do questionário foi possível chegar-mos a dois constrangimentos estruturais.

Condicionantes de Natureza Negativa no Projecto	
Condicionantes Humanos E Técnicos	<ul style="list-style-type: none">- Ausência de um espírito de associativismo e divulgação de teorias de produção artesanais.- Falta de divulgação e acompanhamento técnico, em candidaturas a apoios vários.- Acentuado envelhecimento da população e conseqüente falta de mão-de-obra na exploração agrícola.
Condicionantes à actividade Económica	<ul style="list-style-type: none">- Ausência de empresas familiares, capazes de responder a novos nichos de mercado.- Inexistência de um inventário do património cultural, e construído para a definição de estratégias turísticas.- Monocultura de pinheiro, incêndios florestais e invasão de exóticas como a acácia mimosa.- Dificuldade ao nível da actividade económica, com a excessiva mono-industrialização em termos dos lanifícios, sem uma aposta em novos factores de competitividade do sector.- Alguma debilidade da oferta e procura de formação profissional e escolar.- Condições pouco propícias à melhoria da quantidade e qualidade do emprego.

Os condicionantes de natureza positiva no decorrer e nos resultados do projecto, identificados através daqueles que colaboraram respondendo ao questionário, agrupam-se em torno dos seguintes temas.

Condicionantes de Natureza Positiva no Projecto	
Condições Ambientais/Naturais	<ul style="list-style-type: none"> - Ecossistemas únicos - Condições favoráveis ao aproveitamento turístico da região nomeadamente praias fluviais nos rios Zêzere e Beijames. - Proximidade com o Parque Natural da Serra da Estrela - Excelente micro-clima para agricultura com condições para culturas como a Cereja e a cherovia.
Condições e conhecimentos Adquiridos no decorrer do projecto	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de rótulos para os produtos agrícolas - Criação de trilhos Interpretativos - Intercâmbio entre as freguesias, incentivo ao trabalho em equipa - Aproveitamento de oportunidades de negócio e escoamento dos produtos agrícolas em excesso. - Participação em reuniões temáticas.
Condições para o Desenvolvimento Regional	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade desenvolvida pelos artesãos no aproveitamento dos saberes locais. - Reconstrução de tradições já perdidas, exemplo dança das trancas em Verdelhos. - Possibilidade de desenvolvimento do turismo da natureza - Grande diversidade associativa existente no concelho.

Podemos então deduzir dos condicionantes positivos e negativos que o ponto fulcral nas estratégias de desenvolvimento local e inserção social é a iniciativa dos actores locais que teimam em resistir ao desconhecido, ao que não é fruto da sua tradição, que teimam em viver um quotidiano despreocupado em relação ao amanhã.

O problema reside na inactividade daquele que tendo em seu poder os recursos, não é suficiente audaz para através da iniciativa própria procurar a sua inserção na sociedade.

Bastará um passo, como transmitir o seu saber, a sua forma de fazer determinado objecto, essa pode ser a alavanca fulcral para o seu desenvolvimento económico e da sua região, iniciando dessa forma uma dinâmica de desenvolvimento local.

A iniciativa daquele que transporta realidades distintas para sítios distintos não tendo em atenção as variantes e especificidades locais, deturpando a realidade impede, ainda que de forma involuntária o desenvolvimento, exemplo disso, a quantidade de formação profissional ministrada sem ter em conta as verdadeiras necessidades quer dos formandos quer da região.

Conclusão

Chegou o momento de apresentar algumas conclusões do estudo agora efectuado.

Há agora que responder a cada uma das questões e objectivos formulados na introdução deste estudo.

O principal objectivo que norteou esta investigação foi diagnosticar até que ponto uma medida que se insere num projecto de luta contra a pobreza e que consistiu na realização de feiras de produtos locais, promoveu o desenvolvimento local, contribuindo para uma melhoria das condições de vida das populações e sua integração social. Este diagnóstico pressupõe a distinção das várias vertentes do desenvolvimento local, como de resto ficou bem explicito ao longo do presente estudo, pelo que daremos aqui resposta às perguntas de partida igualmente enunciadas na introdução.

Respondendo à pergunta – Conseguiu, a medida estudada, a promoção e aproveitamento sustentável dos recursos locais? – Consta-se que quanto à promoção e aproveitamento sustentável dos recursos locais o que se poderá dizer é que o problema se relacionou não com aqueles que foram promovidos, pois desses passou a existir a consciência da sua importância na criação de dinâmicas geradoras de desenvolvimento, mas com aqueles que foram esquecidos. Esta questão é aliás bem visível na análise que fazemos quer através da matriz SWOT onde se reconhece que as excelentes condições naturais da região, aliadas a valores culturais ancestrais oferecem-se como possibilidades de desenvolvimento na fileira do turismo e lazer sendo susceptíveis de produzirem impacto positivo na criação de emprego.

Existe a consciência da atractividade que o património cultural, os usos e costumes, o artesanato e a gastronomia podem exercer junto de pessoas com poder de compra e cada vez mais saturadas da cidade e do turismo das massas. Estudar, valorizar e divulgar o que é genuinamente nosso e nos diferencia é o caminho, e parece já ter sido apreendido, falta agora colocá-lo em prática. Haverá por isso que encontrar estratégias de dinamização das oportunidades e animar o processo de revitalização das nossas comunidades, quer quanto às obras materiais quer quanto à formação e motivação das pessoas. A melhoria da qualidade de vida, a diversificação da economia rural representa um forte e concreto desafio que aqueles que acreditam na possibilidade do desenvolvimento local não podem ignorar.

Seria ainda importante descobrir novas possibilidades para os produtos que se comercializaram. A agricultura tradicional e a actividade artesanal se procurarem subsistir terão de encontrar novos mercados para os seus produtos, tentando encontrar um nicho especial para se diferenciarem da oferta de outras regiões. O envolvimento numa rede mais vasta poderá e deveria, em nosso entender, ser equacionada. Só mercados de maior dimensão poderiam conseguir os objectivos a longo prazo que foram definidos para as feiras realizadas. Isto não dita de forma alguma a morte da realização das referidas feiras, antes pelo contrário dinamizá-las-ia na medida em que iria atrair pessoas que procuravam na origem produto com uma marca já reconhecida. A marca, essa não poderia ser desligada da história e da identidade locais, pois isso cria transparência, mostra a origem do produto e dá segurança ao cliente, algo que seria realmente apreciado.

Em relação à segunda pergunta de partida – Terá sido capaz, a medida estudada, de criar empregos e fontes de rendimentos locais? – Verificamos de acordo com o resultado da interpretação dos dados obtidos quer através da entrevista, quer através dos instrumentos de avaliação da entidade promotora, os produtores e artesãos que participaram nas feiras conseguiram, no imediato, o escoamento dos seus produtos. Logo, constata-se que se a actividade não teve relevância na melhoria de vida do público-alvo no médio e longo prazo assumiu-se no entanto como uma fonte de receita que de forma pontual trouxe dividendos para os que nela participaram.

Quanto à criação de emprego a medida estudada, só por si mostra-se incapaz de atingir esse objectivo, no entanto, procedendo-se à valorização de outros recursos existentes como mencionado na resposta à pergunta anterior, poder-se-á aspirar a essa pretensão.

Em relação à pergunta de partida – Como promoveu o desenvolvimento social, terá aumentado o nível de autoconfiança da população intervencionada? – Podemos dizer que como referido na introdução e enquadramento teórico desta investigação o desenvolvimento não tem apenas uma dimensão material e económica e a exclusão social não resulta apenas da ausência e privação dos recursos que permitem suprir as necessidades básicas dos indivíduos. Apesar da crença de que somente o trabalho, enquanto fonte de rendimento, é fonte de integração social, na medida em que contribui para a construção da identidade, do prestígio social e de projectos de vida, verifica-se que existem outras formas de participação potenciadoras desses mesmos objectivos. É neste sentido que analisamos agora o nosso objecto de estudo. Como temos vindo a referir a actividade estudada insere-se num projecto de luta contra a pobreza parece-nos

por isso pertinente ter em conta o conceito de *empowerment* defendido por Friedmann.⁴⁸ Este conceito defende que qualquer projecto ou programa de luta contra a pobreza deve ter em vista devolver aos pobres o poder que perderam, para que tenham condições para o pleno exercício da cidadania. É assim importante conhecer até que ponto contribuiu a actividade para esse objectivo. Para melhor compreensão dever-se-á considerar que a pobreza de hoje não é tanto o resultado da desadaptação ao progresso, mas da exclusão, do enfraquecimento da coesão social, da deterioração das identidades e da desorganização das relações sociais⁴⁹.

Ora tendo em conta o estabelecimento de uma rede com diferentes actores que, mesmo não funcionando sempre em torno dos mesmos objectivos, são obrigados a desenvolver um projecto comum, verifica-se o estabelecimento de uma relação integradora.

Os pequenos agricultores que participaram na actividade apesar de terem uma actividade profissional, são regra geral pessoas com baixa auto estima, por isso com uma fraca participação social. No entanto como verificámos ao integrá-los na rede e ao estabelecer uma meta concreta que teriam de atingir adoptaram um desempenho superior ao de qualquer outro actor e obtiveram o conseqüente reconhecimento por parte da comunidade.

Quanto ao aumento da auto-estima do público alvo, todos os indicadores parecem demonstrar que este foi realmente conseguido, a prova mais evidente disso é o facto de uma das feiras, a de Sr.^a dos Verdes, se continuar a realizar sem o envolvimento de parceiros exteriores à localidade, o que demonstra que os locais se tornaram confiantes na capacidade de desenvolverem novas iniciativas.

Também as associações que participaram como actores na actividade viram o seu papel reforçado. Passaram a ver o seu desempenho reconhecido e a serem mais solicitadas para outras actividades. Muitos indivíduos aderiram a estas associações e desta forma conseguiram uma melhor integração social, na medida em que passaram a desempenhar papéis considerados úteis e respeitados pela sociedade em geral.

⁴⁸ FRIEDMANN, J, *Empowerment* – Uma política de desenvolvimento alternativo, Celta Editora, Oeiras, 1996.

⁴⁹ CAPUCHA, Luís Manuel Antunes, *Desafios da Pobreza in* Tese de Doutoramento em Sociologia, ISCTE, Lisboa, 2004, p43.

È agora chegada a altura de conhecer as principais conclusões relacionadas com o segundo grande objectivo deste estudo, o funcionamento das parcerias.

Vamos assim responder à pergunta de partida – Como foram organizadas e como funcionaram as redes de trabalho em parceria? – Constituíram os parceiros da actividade, as juntas de freguesia, associações culturais, de lazer e desportivas sendo a parceria liderada por uma associação de desenvolvimento local, a Beira-Serra. Para além destes parceiros que podem ser identificados como actores colectivos participaram ainda a nível individual os expositores das feiras, pequenos agricultores e artesãos. O funcionamento da parceria articulou-se a partir da criação de grupos de dinamização local e grupos temáticos que a partir do plano de actividades tentaram obter a maior participação por parte de todos os intervenientes.

Quanto à pergunta de partida – Quais os principais obstáculos à funcionalidade das parcerias estabelecidas? - Como também já o referimos, o principal constrangimento ao seu funcionamento prendeu-se com a diversidade de interesses, por parte dos diferentes actores, como aliás ficou demonstrado em matriz por nós elaborada. Também a tradição burocrática, o conservadorismo e a falta de iniciativa de algumas das instituições que funcionaram como actores foram um forte obstáculo para a criação de outro tipo de sinergias e para o sucesso do projecto. Para além destes, há outros aspectos que merecem aqui ser referidos:

O primeiro aspecto que deverá ter sido em conta é o de que a rede criada, sejam quais forem as suas actividades, tem de conhecer a sua audiência e o seu público-alvo. Um melhor conhecimento das actividades agrícola e artesanal, baseada numa análise mais profunda realizada quer no campo quer com recurso a dados fornecidos por instituições como o INE ou o IEFP, poderia ter contribuído para o aumento e diversificação dos participantes, no caso os expositores, e consequentemente aumentado o número de visitantes. Não se deve esquecer que são os representantes do público-alvo que podem convencer os seus colegas do valor acrescentado que estas iniciativas lhes podem proporcionar, que os podem persuadir de que o tempo gasto nesta tarefa não é tempo perdido, mas sim um investimento.

O segundo aspecto prende-se com a coordenação entre os diferentes actores o que implica desde logo uma definição muito clara das metas, objectivos e estratégias a adoptar. Todos os parceiros se devem envolver activamente e participar de forma tangível com o objectivo de alcançar os objectivos previamente acordados. É importante

que, na medida do possível, todos os objectivos se articulem com os interesses de cada parceiro, o que por sua vez implica uma escolha de parceiros de acordo com os interesses e objectivos que se pretendem para o público-alvo.

A fim de evitar o adormecimento dos parceiros devem-se estipular as metas que estes deverão alcançar quer nas etapas de preparação quer na realização da actividade.

Verifica-se no caso estudado que a atribuição de objectivos concretos a alguns parceiros não existiu ou que pelo menos não foram estabelecidos de forma correcta, sendo exemplo disso as juntas de freguesia e algumas associações que não adoptaram as metas comuns e agiram de acordo com interesses muito restritos e individuais.

Em relação à última pergunta de partida – Como contribuíram essas parcerias para a criação de sinergias e para o sucesso da medida estudada? – Parece-nos claro, por tudo quanto se afirmou ao longo do estudo, que um só actor não seria capaz de alcançar os mesmos resultados que a parceria. Desde logo seria impossível a articulação entre as três freguesias e a concepção e execução da medida estudada teria sido de qualidade inferior. O encontro no seio das parcerias reveste-se da forma de um processo de aprendizagem interactivo, que se tem traduzido no estabelecimento de uma “cultura organizacional” ao serviço do desenvolvimento, indutora de um ganho de qualidade e eficácia na gestão de recursos públicos.

Bibliografia

ANDER-EGG, Ezequiel, Accion municipal, desarrollo local, trabajo comunitário y trabajo social, col “Série de estúdios sociales”, Ayuntamiento de Guia de Isora, Guia de Isora, 2003.

BENKO, George, *Regiões Ganhadoras: Distritos e Redes: os novos paradigmas da Geografia Económica*, Celta Editora, Oeiras.

BOUDON, Raymond, *Os Métodos em Sociologia*, Lisboa, Edições Rolim.

CAPUCHA, Luís Manuel Antunes, *Desafios da Pobreza in Tese de Doutoramento em Sociologia*, ISCTE, Lisboa, 2004.

CARDOSO, José Luís, *Limites à competição, Europa América*, Lisboa, 1994.

CHAVES, Maria Cristina, *A Dimensão ecológica do Desenvolvimento, Elementos de sobre o Conceito de “Ecodesenvolvimento”*, cadernos de Ciências Sociais, 14:99-117, 1994.

COSTA, A, *Exclusões Sociais*, In *Cadernos Democráticos Fundação Mário Soares*, Gradiva, Lisboa, 2005.

Desenvolvimento Local: uma oportunidade Futuro, em *Teses da manifesta 98*, Amarante, 1993

DESS, Gregory e MILLER, Alex, *Stategic Management*, McGraw-Hill International Editions, Singapura, 1993.

EYMARD-DUVERNAY, Francois, *Les compétences des Acteurs dans les Réseaux*llin, CALLON, Michelel, *Réseau et Coordination*, pp 153-168, *Económica*, Paris, 1999.

FRANÇA FILHO, Genauto C., Terceiros sector, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceptuais, In, Revista Bahia análise e dados, Salvador:SEI/Governo da Bahia 2002, v.2 nº1.

FRIEDMANN, J, *Empowerment* – Uma política de desenvolvimento alternativo, Celta Editora, Oeiras, 1996.

FUKUYAMA, Francis, A construção de Estados, governação e ordem mundial no sec. XXI, Lisboa, Gardiva.

GUERRA, Isabel Carvalho, Participação e Acção Colectiva – interesses, conflitos e consensos, Edição Principia, Estoril, 2006.

KAUFMAN, L'Entretien Compréhensif, Editions Nathan, Paris, 1996.

KOTLER, Philip, HAIDER, Donald H. e REIN, Irung, Marketing Público: como atrair Investimentos, Empresas e Turismo para cidades, Estados e Píses, Makron Books, São Paulo, 1994.

LE GALÉS, Patrick, Governance. In Boussaguet; S Jacquot & P Ravinet (Dir) Dictionnaire des Politiques Publiques, Paris SCIENCES PO, 2004.

LOPES, A. Simões, Desenvolvimento Regional; Problemáticas teorias e modelos, Serviço de educação e Bolsas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2001.

MARTINOS, Haris, La Gestion du developpement Local de l'Emploi, Documento editado pela Comissão da Comunidades Europeias no âmbito do programa LEDA, 1989.

MATOS, Maria Cristina Barbot Campos, Desenvolvimento Rural. Questões Conceptuais e Ensinamentos de experiências no Norte de Portugal, Cadernos de Ciências Sociais, 14: 83-98, 1994.

MELUCCI, Albert, *A Invenção do Presente: Movimentos Sociais nas Sociedades Complexas*, Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 2001.

MENDES, Tiago Carrilho Ribeiro, *Parcerias para a promoção local do emprego*, dissertação para obtenção do grau de Doutor em Economia, ISCTE, Lisboa, 2004.

PERROUX, F., *A Economia do século XX*, Heder, Lisboa, 1967.

QUIVI, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (3ª ed.), Edições Gradiva, Lisboa, 2003.

RECHENA, Aida, *Dissertação de Mestrado em Museologia, Processos Museológicos locais – Panorama Museológico da Beira Interior Sul*, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2003.

REIS, José, *O Desenvolvimento Local é possível?*, in *O Desenvolvimento Local é Possível?* Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER), Lisboa, 1995.

RITA, José Joaquim Palma, *As organizações Públicas e Estatais na qualificação das Regiões*, IIEFP, Lisboa, 1997.

ROQUE AMARO, Rogério, “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação” em *Cadernos de estudos Africanos*, n.º4, Janeiro/Junho, Centro de Estudos Africanos, ISCTE, Lisboa, 2003.

ROQUE AMARO, R., *O Desenvolvimento Local – um caminho para a Sociedade-Providência?*, IEG/FLUC (Ed.) *Dinamismos Sócio-Económicos e (Re) Organização Territorial: Processos de Urbanização e Reestruturação Produtiva*, Coimbra, 1996.

ROQUE AMARO, Rogério, *A Exclusão Social Hoje*, ISTA, http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad_09/amaro.html, 11/09/09:13:35h

SANTOS, Boaventura Sousa, *Pela mão de Alice – O social e o Político na Pós-Modernidade*, edições Afrontamento, Porto, 1994

SEMEDO, Zeuga Cardoso Mendes, *Caminhos para a inserção socioprofissional dos Luso-caboverdianos em Portugal – O caso do Bairro do Alto da Cova da Moura*, Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, ISCTE, Lisboa, 2008.

TEULON, Frédéric, *Crescimento, Crises e Desenvolvimento*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1994.

VARELA, J.A.Santos, *A Agricultura e o Espaço Rural*, ministério da Agricultura, Lisboa, 1992.

VIVEIROS, Nunes, LUIS, Albino, *O Desenvolvimento local e animação sociocultural. Uma comunhão de princípios*, em <http://quadernosanimacio.net>, nº8:15/09/09:23:30h.

WEBBER, Max, *Sociologie du droit*, Press Universitaires de France, Paris, 1986

Fontes Estatísticas

Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991.

Recenseamento Geral da População, Censos2001, INE, Lisboa, 2001.

Recenseamento Geral Agrícola (RGA) Beira Interior, INE, Lisboa, 1999.

ANEXOS



ANEXO A

Projecto Grão-a-Grão II

O projecto Grão-a-Grão II foi financiado pelo Programa de Luta Contra a Pobreza e foi implementado no período de 2003 a 2005.

Zona de Intervenção:

Teixoso, Verdelhos , Vila do Carvalho

Objectivos Globais:

- Melhorar as condições de vida da população;
- Promover o aproveitamento sustentado dos recursos locais tendo em vista a criação de emprego e fontes de rendimento familiares;
- Promover o desenvolvimento social

Linhas de intervenção:

Acção 1 - Floresta

- Acções de sensibilização e informação sobre práticas florestais e prevenção de incêndios; apoio técnico na elaboração de projectos de reflorestação.

Acção 2 - Mel

- Dinamização de formas de trabalho associativas e apoio técnico aos apicultores; promoção do mel e outros produtos das colmeias.

Acção 3 - Produtos artesanais/valorização de saberes tradicionais

- Organização de certames de promoção das potencialidades locais; organização de ateliers formativos; apoio técnico aos produtores.

Acção 4 - Pequena agricultura/produtos de quinta

- Organização de acções promotoras da comercialização de excedentes da pequena agricultura.

Acção 5 - Turismo

- Inventariação e marcação de rotas pedestres e para BTT na zona serrana; criação, divulgação e promoção de rotas ligadas ao património rural das freguesias.

Acção 6 - Emprego ligado aos serviços de proximidade

- Acções de informação e sensibilização para fomento do empreendedorismo.

Acção 7 - Educação

- Abertura de um espaço de ocupação e orientação para jovens; promoção de acções de educação extra-escolar/ensino recorrente.

Acção 8 - Resolução de problemas de carácter urgente

- Apoio à melhoria das condições de habitabilidade.

Acção 9 - Participação cívica

- Promoção da participação da comunidade através da organização de espaços de discussão colectiva dos problemas das freguesias;
- Organização de redes de trabalho em parceria, por freguesia, reunindo as instituições locais e outras de âmbito concelhio ou regional com intervenção nesta zona.

N.º total de pessoas directamente abrangidas: 2500 pessoas

N.º total de pessoas indirectamente abrangidas: 8.298 pessoas

Parceiros:

- Câmara Municipal da Covilhã
- Universidade da Beira Interior
- Centro de Emprego, Centro de Saúde
- Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente
- Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior
- Parque Natural da Serra da Estrela
- Juntas de Freguesia
- outras entidades locais.

Projecto financiado por:



Quadro n.º 1 - Explorações segundo a condição pela qual é recenseada a exploração

	1ha ou mais de SAU			Sem condição anterior mas com Área mínima de SAU.			Sem nenhuma das condições anteriores mas com actividade animal.		
Covilhã	Exploração	SAU	Sup. Total	Exploração	SAU	Sup. Total	Exploração	SAU	Sup. Total
	1863	13472	21451	899	512	1312	96	36	109

Fonte: RGA 1999 Beira Interior

Quadro n.º 2 - Utilização das Terras

	Total	SAU	Terra arável	Terra arável limpa	Culturas permanentes	pousio	Horta familiar	Cultura sub coberto de mata	Pousio Com e sem ajuda	Culturas permanentes	Culturas permanentes com horta familiar	Pastagens permanentes	Superfície Agrícola não utilizada.
Exploração	2 858	2849	2378	2377	1949	497	1633	4	4	2685	487	50	698
Área	22873	14023	7941	7869	6330	1337	204	72	69	3701	52	144	1292

Fonte: RGA 1999 Beira Interior

Quadro n.º 3 - Número de Blocos com SAU por Exploração

Expl. n.º ; SAU ha; Blocos n.º

Covilhã	Total	1	2	3	4 e 5	6 a 9	10 a 19	>=20
Explorações	2849	1091	522	376	451	307	87	15
SAU	14023	4401	2499	1857	2472	1122	726	943
Blocos com SAU	8876	1091	1044	1128	1983	2143	1079	408

Fonte: RGA 1999 Beira Interior

Quadro n.º 4 - Principais características da população familiar. Quadro n.º 5 - Principais características do produtor singular.

Homem/Mulher	Covilhã
População familiar	7519
Nível Instrução	
Não Sabe ler e escrever	1459
Sabe ler e escrever	1013
Básico 1º Ciclo	2837
Básico 2º ciclo	841
Básico 3º ciclo	730
Secundário Agrícola	15
Secundário não Agrícola	341
Superior Agrícola	18
Superior não Agrícola	265

Fonte: RGA 1999 Beira Interior

Homem/Mulher	Covilhã
População familiar	2378
Autónomo	2328
Empresário	50
Nível Instrução	460
Não Sabe ler e escrever	326
Sabe ler e escrever	1241
Básico 1º Ciclo	157
Básico 2º ciclo	88
Básico 3º ciclo	3
Secundário Agrícola	47
Secundário não Agrícola	6
Superior Agrícola	50
Superior não Agrícola	

Fonte: RGA1999

Quadro n.º 6 - Tempo de Actividade Agrícola, Fonte: RGA 1999

TEMPO	Covilhã
Tempo Parcial	2213
> 0 - < 25%	641
25 - < 50%	696
50 - <75%	440
75 - <100%	436
Tempo Completo	165

Quadro n.º 7 - Proveniência dos rendimentos do agregado Familiar do produtor

	Covilhã
Total explorações com produtor singular	2818
Exclusivamente da actividade da exploração	131
Principalmente da actividade da exploração	271
Salários do sector primário	24
1ª opção	24
2ª opção	-
3ª opção	-
Salários do sector secundário	52
1ª opção	44
2ª opção	8
3ª opção	-
Salários do sector terciário	67
1ª opção	51
2ª opção	15
3ª opção	1
Actividade empresarial	4
1ª opção	2
2ª opção	2
3ª opção	-
Pensões rurais/reformas	157
1ª opção	137
2ª opção	17
3ª opção	3
Juros dividendos	9
1ª opção	6
2ª opção	3
3ª opção	-
Remessas de emigrantes	3
1ª opção	1
2ª opção	2
3ª opção	-
Outras	36
1ª opção	6
2ª opção	23
3ª opção	7
Principalmente origem exterior à exploração	2416
Salários do sector primário	119
1ª opção	94
2ª opção	20
3ª opção	5
Salários do sector secundário	517
1ª opção	358
2ª opção	147
3ª opção	12
Salários do sector terciário	660
1ª opção	473
2ª opção	181
3ª opção	6
Actividade empresarial	87
1ª opção	77
2ª opção	10
3ª opção	-
Pensões rurais/reformas	1588
1ª opção	1377
2ª opção	198
3ª opção	13
Juros dividendos	57
1ª opção	7

2ª opção	47
3ª opção	3
Remessas de emigrantes	42
1ª opção	14
2ª opção	25
3ª opção	3
Outras	102
1ª opção	16
2ª opção	64
3ª opção	22

Fonte: RGA 1999 Beira Interior

Quadro n.º 8 - População Residente, por nível de instrução e sexo.

Nível de ensino	Vila do Carvalho			Teixoso			Verdelhos		
	HM	M	H	HM	M	H	HM	M	H
Total população	2090		983	4415		2167	875		437
Sem nível de ensino	250	162	88	653	403	250	310	179	131
1º Ciclo	946	488	458	1717	831	886	332	149	183
2º Ciclo	324	161	163	558	261	297	160	73	87
3º Ciclo	219	104	115	275	221	54	39	18	21
Ensino Superior	105	63	42	263	168	95	2	1	1

Fonte: Censos 2001

Quadro n.º 9 - População Residente por naturalidade e sexo.

Nacionalidade	Vila do Carvalho			Teixoso			Verdelhos		
	HM	M	H	HM	M	H	HM	M	H
Portuguesa	2028	1069	959	4216	2142	2074	866	433	433
Estrangeira	62	38	24	199	106	93	9	5	4
Europa	48	27	21	161	88	73	6	4	2
Alemanha	2	0	2	1	1	0	0	0	0
França	39	21	18	139	77	62	6	4	2
África	8	5	3	26	12	14	3	1	2
Angola	5	3	2	11	5	6	1	1	0

Fonte: Censos 2001

Quadro n.º 10 - População Residente com 15 ou mais anos, por condição perante actividade económica.

Actividades Económicas	Vila do Carvalho			Teixoso			Verdelhos		
	HM	M	H	HM	M	H	HM	M	H
Total	1882		851	3766		1819	746		369
População com actividade económica	939	422	517	2215	1047	1168	294	113	181
População empregada	846	383	463	2047	955	1092	277	106	171
População desempregada	93	39	54	168	92	76	17	7	10
População sem actividade	883	549	334	1551	900	651	454	266	188
Estudantes	151	89	62	327	183	144	22	13	9
Domésticos	65	65	0	147	145	2	46	46	0
Reformados/aposentados	495	310	185	920	508	412	299	163	136
Incapacitados permanentes	105	56	49	82	34	48	35	16	19
Outros	67	29	38	75	30	45	50	26	24

Fonte: Censos 2001

Quadro n.º11 - População Residente, Desempregada em sentido lato, n.º de indivíduos a receber Rendimento Mínimo Garantido

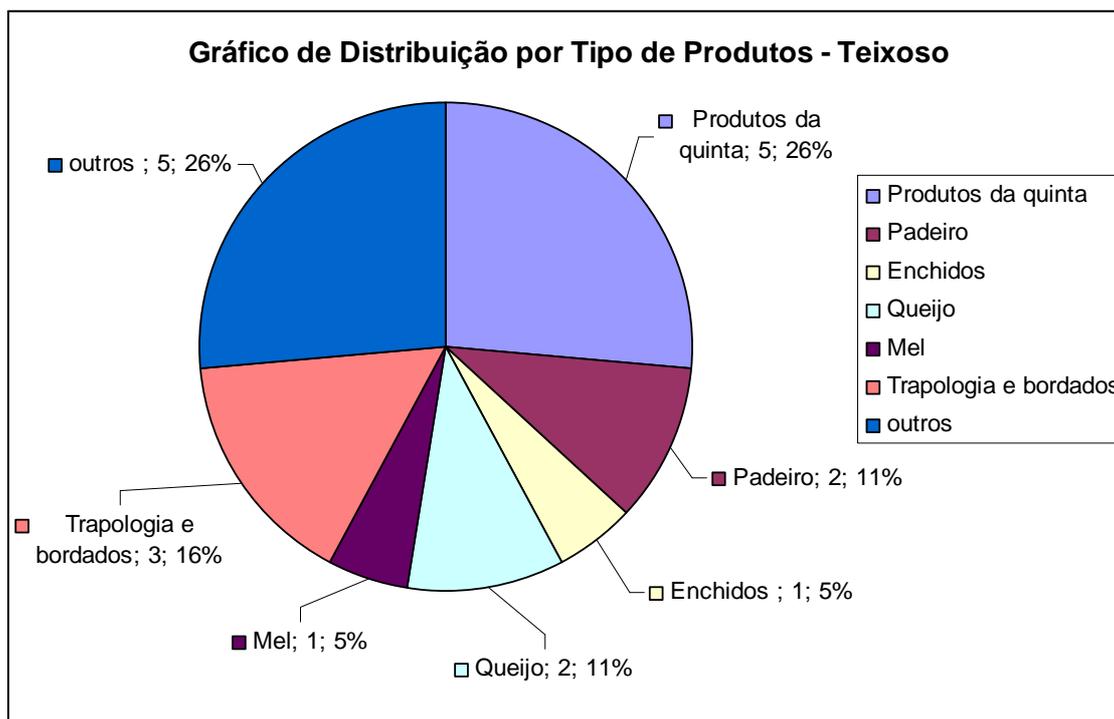
Fonte: Censos 2001

		Total	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos	
Vila do Carvalho	Desemprego	Total	93	7	11	11	11	7	10	12	10	3	0	
		M	39	3	4	3	2	5	5	5	8	2	2	0
		H	54	4	7	8	9	6	2	5	4	8	1	0
	RMG	Total	1								1			
		M	1								1			
		H	0											
Teixoso	Desemprego	Total	168	16	25	23	10	20	17	18	18	14	7	0
		M	92	7	13	14	5	15	13	12	8	4	1	0
		H	76	9	12	9	5	5	4	6	10	10	6	0
	RMG	Total	1			1								
		M	1			1								
		H	0											
Verdelhos	Desemprego	Total	17	1	1	4	3	1	2	0	0	3	2	0
		M	7	0	0	2	2	1	0	0	0	0	2	0
		H	10	1	1	2	1	0	2	0	0	3	0	0
	RMG	Total	1										1	
		M	1										1	
		H	0											

Análise gráfica dos participantes nas três feiras por actividade.

Tabela:

Tipo de produtos	Teixoso	Verdelhos	Vila do Carvalho
Produtos da quinta	5	6	3
Padeiro	2	3	3
Enchidos	1	2	1
Queijo	2	2	1
Mel	1	5	2
Trapologia e bordados	3	2	2
outros	5	4	3



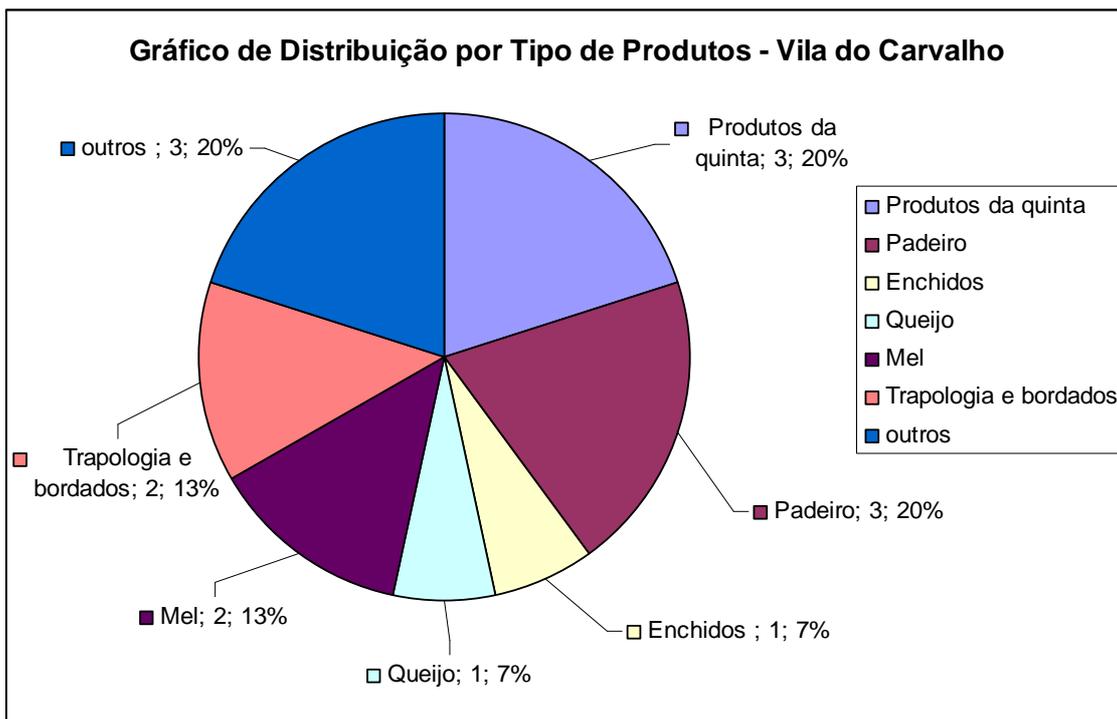
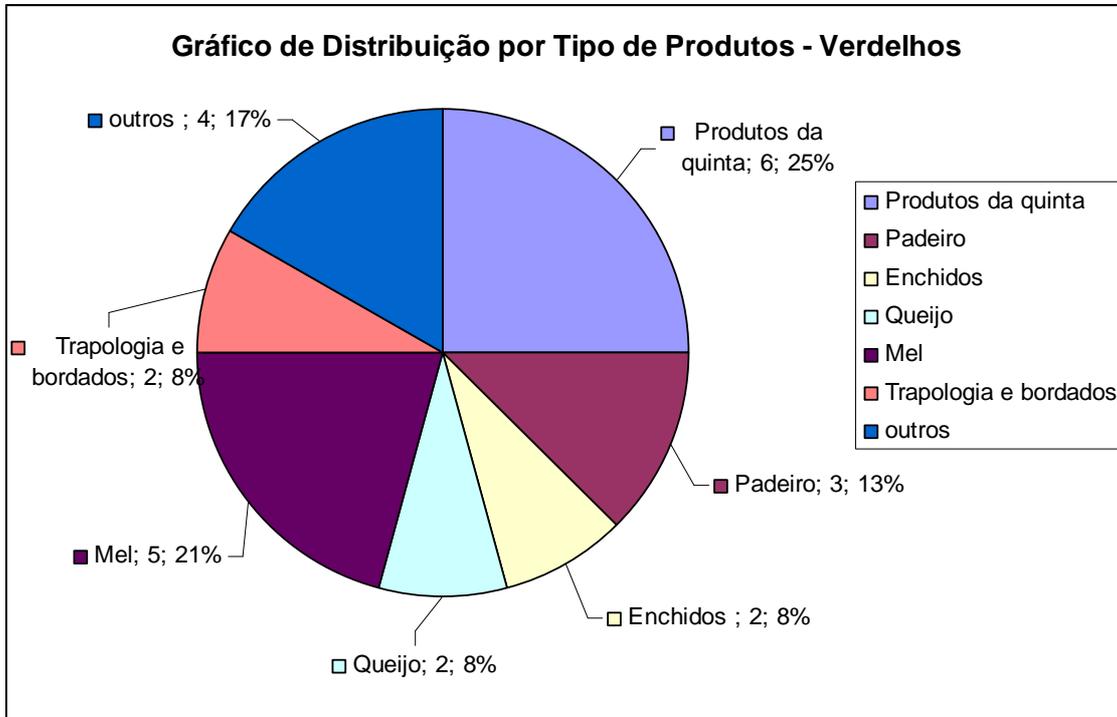
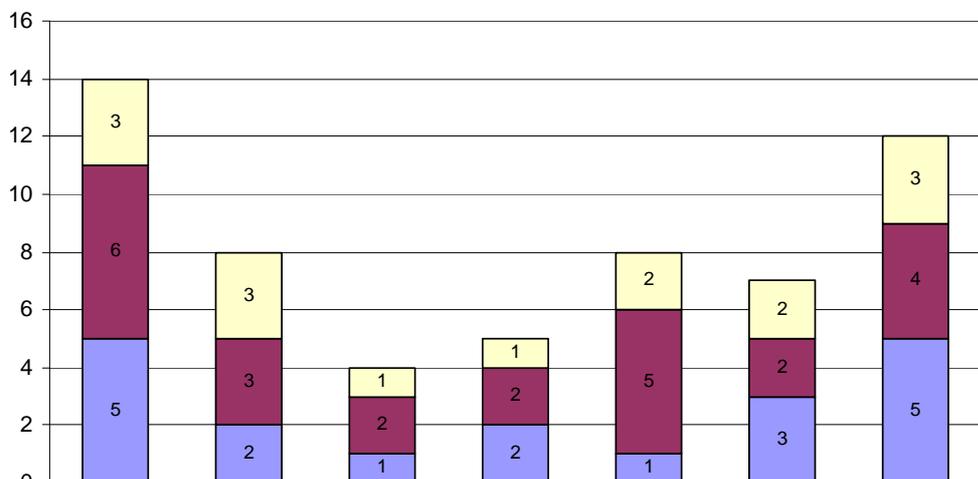


Gráfico de Distribuição por Tipo de Produtos - Global

■ Vila do Carvalho
■ Verdelhos
■ Teixoso



■ Vila do Carvalho	3	3	1	1	2	2	3
■ Verdelhos	6	3	2	2	5	2	4
■ Teixoso	5	2	1	2	1	3	5

Quais? _____

4. Identificação das Oportunidades-Ameaças Forças-Fraquezas:

4.1 Indique, relativamente a cada um dos factores que se seguem, se o considera como uma *Oportunidade* da qual a freguesia tirou proveito com o projecto Grão a Grão, e/ou como uma *Ameaça* que prejudique a região, e qual a importância que lhe atribui na influência dos destinos da mesma:

	Oportunidades	Ameaças	Importância Atribuída		
			M	P	N
Acção e influência das Associações Locais					
Acção e influência das autarquias					
Aptidões escolares e profissionais da população activa					
Clima e Qualidade Ambiental					
Concertação estratégica entre os actores locais					
Concorrência de infra-estruturas de outras freguesias					
Desertificação física e humana					
Diminuição da actividade e emprego agrícola					
Diminuição da actividade e emprego da indústria de lanifícios					
Exploração de actividades e produtos regionais					
Exploração de actividades turísticas e de lazer					
Exploração de actividades de economia social					
Fenómenos de exclusão social					
Distancia da sede de Concelho (Covilhã)					
Proximidade da sede de Concelho (Covilhã)					
Grau de abertura da região à mudança					
Grau de mobilização da sociedade civil					
Modernização dos sectores produtivos tradicionais					
Níveis de Desemprego					
Oferta de formação escolar e profissional					
Perspectivas de investimento na região					
Preservação do ambiente					
Outros, quais?					

4.2 Aponte, relativamente a cada um dos factores que se seguem, se o considera como um *Ponto Forte* que contribui para o Desenvolvimento Local ou como *Ponto Fraco* do Desenvolvimento Local que deva ser ultrapassado, e qual a atenção que lhe foi dispensada no projecto Grão a Grão.

	Ponto Forte	Ponto Fraco	Atenção Dispensada		
			M	P	N
Apoios do Governo e Organismos de Estado					
Apoios da Câmara Municipal					
Aptidões dos quadros Técnicos das Associações Locais					
Atenção dispensada ao meio envolvente					
Capacidade de atracção de pessoas para a freguesia					
Capacidade de auto-aprendizagem e adaptação dos artesãos					
Capacidade de se candidatarem a apoios					
Colaboração entre freguesias					
Colaboração entre parceiros					
Cultura e clima de trabalho em rede/equipa					
Terrenos agrícolas subaproveitados ou abandonados					
Falta de iniciativas locais micro-empresas e empresas-familiares					
Motivação dos artesões para a sua valorização profissional					
Níveis etários dos artesãos e produtores agrícolas					
Resistência ao desconhecido					
Qualidade dos produtos e serviços					
Rotatividade na direcção das associações locais					
Descontinuidade nos projectos					
Falta de acompanhamento após a actividade					
Incêndios Florestais					
Qualidade ambiental e turística					
Outros, quais?					

5. Relacionamento com outras Entidades/Organismos

5.1 Identifique e avalie qual o contributo que cada um dos tipos de entidades/organismos do meio envolvente lhe pode dar para enfrentar as Ameaças e aproveitar as Oportunidades identificadas na questão anterior.

- | | | | |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| - Associação patronais/empresarias | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Associação Culturais e Desportivas | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Autarquias Locais | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Associações de Solidariedade Social | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Cooperativas , associações de produtores | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Organismos da Administração Pública Central | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

- Serviços de Ensino/educação

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--------------------------	--------------------------	--------------------------

- Serviços Públicos de emprego e formação Profissional

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--------------------------	--------------------------	--------------------------

Outras

Quais? _____

6. Diga na sua opinião o que condicionou mais positivamente e mais negativamente a actividade das feiras de produtos locais e o seu impacto no desenvolvimento das freguesias.

7. Diga por palavras suas como classifica os resultados do projecto Grão a Grão e os motivos que levaram a estes resultados.

Curriculum Vitae